

Relatório da Administração

ativos e passivos que até 2013 eram denominados "ativos e passivos regulatórios" nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica. A medida, um antigo pleito do setor, permitirá a contabilização das diferenças entre os custos de compra de energia e encargos estimados nas tarifas cobradas dos consumidores e os custos reais incorridos no período e que serão repassadas às tarifas na data de reajuste anual de cada distribuidora. Isso foi possível em função da aprovação pela ANEEL, em 25 de novembro de 2014, Despacho nº 4.621, de aditivo aos contratos de concessão que incluiu cláusula específica garantindo que os saldos remanescentes de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção da concessão, por qualquer motivo, serão objeto de indenização e, consequentemente, permitiu o registro de ativos e passivos financeiros setoriais. Mas há de se destacar a necessidade ainda de mais avanços nas questões regulatórias para que sejam gerados incentivos para a retomada da capacidade de investimentos do setor elétrico. Em termos de operação da Distribuição, é importante destacar que a CPFL Energia encerrou o ano de 2014 com a Telemetragem de todos os clientes industriais e comerciais do Grupo A (alta tensão), totalizando 24,6 mil pontos nos quais o faturamento não depende de equipes em campo para realização da leitura de consumo. O processo automatizado, aumenta a segurança dos dados dos clientes, identifica possíveis fraudes e dá condições para a companhia aproveitar melhor o tempo das equipes. A geração convencional sofreu com os efeitos da GSF (*Generation Scaling Factor*), já que o pleno despacho térmico e a energia de reserva deslocou a geração hidráulica. Assim, a energia assegurada nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) não foi atingida, fazendo-se necessária a compra de energia pelos geradores hidráulicos que precisaram honrar sua energia contratada. Para mitigar a volatilidade no braço de geração da companhia e aumentar a previsibilidade dos fluxos de caixa, recontratamos a energia proveniente da Usina Hidroelétrica Serra da Mesa (Semesa) em abril de 2014 até o final do direito de exploração desta parcela de energia pela CPFL Geração em 2028. Na geração renovável, os destaques positivos ficam por conta da conclusão da aquisição de Rosa dos Ventos (que detém autorizações outorgadas pela ANEEL para explorar os parques eólicos Canoa Quebrada e Lagoa do Mato), do início das operações comerciais dos complexos eólicos de Atlântica e Macacos I, que somaram mais 198,2 MW ao parque gerador da companhia. Considerando também a associação com a Dobreve Energia S.A. (DESA), que agregou 277,6 MW de capacidade instalada em operação, a CPFL Renováveis conta agora com 1.773 MW de capacidade instalada. O segmento de Comercialização apresentou expressivos resultados, fruto da estratégia adotada ao longo da maior parte do ano: dado o estresse de preços no mercado de curto prazo, trabalhamos na Comercialização com uma sobrecontratação em relação aos nossos compromissos de entrega de energia, liquidando o excesso no mercado de curto prazo. O ano de 2015 será novamente um ano de muito trabalho dado à desaceleração econômica do Brasil e as desafiadoras condições hidrológicas. Mas os consistentes resultados operacionais e econômico-financeiros alcançados pela CPFL Energia nos fazem certos de que nossa estratégia sólida e cautelosa tem criado valor para os acionistas e melhorado os serviços e produtos oferecidos para os nossos clientes.

desde dezembro de 2008) e Lagoa do Mato (com 3,23 MW de capacidade instalada e em operação desde junho de 2009). Em março de 2014, os parques eólicos Complexo Atlântica iniciaram sua operação, com 120MW de capacidade instalada. Já os parques eólicos Complexo Macacos I, com 78,2MW de capacidade instalada, foram considerados aptos a operar pela ANEEL a partir de maio de 2014. A Associação da CPFL Renováveis com a Dobreve Energia S.A. (DESA) foi concluída em setembro de 2014, com eficácia a partir de outubro de 2014, agregando 277,6 MW de capacidade instalada em operação e 53,2 MW de capacidade instalada em construção.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Recita Operacional:** A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, cresceu 20,0% (RS 2.731 milhões), atingindo RS 16.361 milhões, principalmente devido ao aumento de 21,0% no segmento de Distribuição (RS 2.215 milhões), fruto dos reajustes tarifários aplicados ao longo do ano e da contabilização do saldo de ativos financeiros setorial, conforme Deliberação CVM 732/14, no valor de RS 831 milhões. Os demais segmentos contribuíram com aumentos de 20,0%, 22,5% e 16,7%, respectivamente em Geração Convencional (RS 121 milhões), Geração de Fontes Renováveis (RS 181 milhões) e Comercialização e Serviços (RS 277 milhões). É importante destacar que parte das vendas desses empreendimentos de geração é feita para empresas do Grupo CPFL, sendo a receita correspondente eliminada na consolidação. **Geração operacional de caixa - EBITDA:** O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, juros (incluindo derivativos) e despesas com a concessão. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2014	2013
Lucro Líquido	886.443	949.036
Depreciação e Amortização	1.161.145	1.056.469
Resultado Financeiro	1.089.545	971.443
Contribuição Social	168.989	156.756
Imposto de Renda	454.871	413.408
EBITDA	3.760.903	3.547.112

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu RS 3.761 milhões, um aumento de 6,0% (RS 214 milhões), refletindo principalmente a expansão de 20,0% na receita líquida, exclusiva receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de RS 2.731 milhões, sendo parte dessa variação fruto da contabilização do saldo de ativos financeiros setoriais (até 2013 chamados de regulatórios) (RS 831 milhões). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 29,8% nos custos com energia elétrica (RS 2.446 milhões), pela redução da equivalência patrimonial (RS 61 milhões) e pela variação dos custos operacionais, inclusive gastos com previdência privada, que cresceram abaixo da inflação (RS 13 milhões). **Lucro Líquido:** Em 2014, o Lucro Líquido atingiu RS 886 milhões, com redução de 6,0% (RS 63 milhões), refletindo principalmente (i) o aumento nas despesas financeiras líquidas (RS 118 milhões); (ii) o aumento nas depreciações e amortizações (RS 105 milhões), principalmente pela entrada em operação dos novos empreendimentos de geração da CPFL Renováveis; e (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social (RS 54 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 6,0% no EBITDA (RS 214 milhões). **Destinação do Lucro Líquido do Exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

RS mil		949.177
Lucro líquido do exercício - Individual		949.177
Realização do resultado abrangente		26.055
Dividendos prescritos		5.722
Lucro líquido base para destinação		980.954
Reserva legal		(47.459)
Reversão de reserva de retenção de lucros para investimento		108.987
Dividendos intermediários		(422.195)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		(65.400)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		(554.888)

Para este exercício, tendo em vista que já foram distribuídos, a título de dividendo, o montante de RS 422 milhões (44,5% do lucro líquido do exercício), valor superior ao dividendo obrigatório, e considerando (i) o atual cenário econômico adverso, (ii) a falta de previsibilidade da situação hidrológica e, (iii) as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 555 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro. **Bonificação em ações aos acionistas:** Visando a reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva, em reunião realizada em 16 de março de 2015, recomendou ao Conselho de Administração que fosse proposto à Assembleia Geral a capitalização do saldo da reserva estatutária - reforço de capital de giro com a emissão, em favor dos acionistas, de novas ações. Esta proposta será submetida para aprovação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para 29 de abril de 2015. **Endividamento:** No final de 2014, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da companhia atingiu RS 18.555 milhões, apresentando um aumento de 11,1%. As disponibilidades totalizaram R\$ 4.357 milhões, um aumento de 3,6%. Com isso, a dívida líquida passou para RS 14.198 milhões, registrando um aumento de 13,6%. O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos greenfield na CPFL Renováveis. Além disso, contudo, CPFL Energia adota uma estratégia de pre-funding, antecipando-se nas captações de dívidas vindouras num prazo de 18 a 24 meses. O custo nominal de dívida aumentou em aproximadamente 17, ponto percentual para 10,2% ao ano devido ao aumento da taxa Selic e em relação ao perfil de seu endividamento. O Prazo médio da dívida é de 3,79 anos.

5. INVESTIMENTOS

Em 2014, foram realizados investimentos de RS 1.062 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais RS 702 milhões foram direcionados à distribuição, RS 280 milhões à geração (RS 251 milhões da CPFL Renováveis e RS14 milhões de geração convencional) e RS 94 milhões à comercialização e serviços. Complementarmente, houve um investimento de RS 57 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante). A CPFL Energia contabilizou também RS 181 milhões em Obrigações Especiais no exercício entre outros itens financiados pelo consumidor. Entre os investimentos da CPFL Energia em 2014 podemos destacar: **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014, nossas distribuidoras possuíam 7,8 milhões de clientes (acréscimo de 199 mil clientes) e nossa rede de transmissão possui 353,722 transformadores de distribuição (acréscimo de 11.386 transformadores). Nossas oito subsidiárias de distribuição tinham 9.881 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acréscimo de 128 km de linhas). Naquela data, detínhamos 445 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição (decréscimo de 9 subestações), com capacidade total de transformação de 14.571 MVA (acréscimo de 36 MVA). **Geração:** foram destinados principalmente ao Complexo Eólico Atlântica, empreendimento que entrou em operação em 24 de março de 2014, Complexo Eólico Macacos I, empreendimento apto a operar desde 1º de maio de 2014, e Complexos Eólicos Campo dos Ventos, São Benedito, Morro dos Ventos II e Pedra Cherosa e PCH Mata Velha, empreendimentos ainda em construção.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia ("CPFL" ou "Companhia") e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Em 2014, a CPFL completou 10 anos da abertura de seu capital na BM&Fbovespa e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da BM&Fbovespa e ADRS Nível III, segmento de listagem diferenciado que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são Ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas têm assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário. A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da *holding* e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros e termos, um deles, Conselho Independente, cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhiam o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho. A Assessoria é um órgão que atua com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece

continuação

Relatório da Administração

de cerca de 77% na inadimplência global de hospitais filantrópicos entre 2012-2014. O investimento em 2014 foi de R\$ 342 mil. Também em 2014, foi lançada a nova fase do Programa, que atenderá pelos próximos dois anos os hospitais filantrópicos das regiões de Barretos, Marília e Ribeirão Preto, todas no Estado de São Paulo; (iii) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente CIMDCA (1% I.R.)** - as empresas do Grupo destinaram R\$ 1,2 milhão, para 9 projetos de 9 municípios da área de concessão. Os projetos foram selecionados a partir de critérios que consideram a apresentação de documentos que comprovam a regularidade dos Conselhos e dos Fundos, alinhamento do projeto ao edital publicado, às causas da empresa e disponibilidade de recurso; (iv) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - em 2014, a CPFL realizou repasse no montante de R\$ 1,2 milhão, beneficiando 3 projetos de 3 municípios; (v) **Plano Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON (1% I.R.)** - em 2014, a CPFL apoiou o Hospital do Câncer de Barretos com o montante de R\$ 1,3 milhão. O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer; (vi) **Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)** - em 2014, a CPFL apoiou 2 projetos em Campinas que totalizaram R\$ 933 mil; (vii) **Voluntariado** - definida nova estrutura de governança e gestão, com a mobilização de 1 comitê gestor e 15 equipes regionais de voluntariado, além da implantação do termo de adesão ao trabalho voluntário e definição de indicadores de desempenho. Nas ações, o número de colaboradores participantes triplicou em 2014, de 97 para 426 voluntários, foram beneficiadas 19 cidades, 37 entidades, cerca de 3.330 pessoas, e 141 parceiros locais foram mobilizados; (viii) **Eficiência energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 57,5 milhões, sendo R\$ 34,2 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.570 clientes, troca de 8.910 geladeiras, 5.195 trocadores de calor e 122.432 lâmpadas por modelos mais eficientes, 1.635 reformas elétricas internas e instalação de 4.300 aquecedores solares. Também foram realizados projetos educacionais, CPFL nas Escolas e Caravana RGE, junto a 907 escolas municipais e estaduais, sendo formados 85.884 alunos, 5.020 professores em 107 municípios com um investimento de mais de R\$ 3,8 milhões. Também foram eficientizados 296 Predios Públicos e Escolas Municipais e Estaduais com um investimento de mais R\$ 9,7 milhões; (ix) **Escola de Eletricista** - visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Até 2014, concluímos a formação de 115 novos eletricistas, sendo que 77 deles foram contratados; e (x) **Aprendiz SENAI** - o programa foi criado em 2012 e a empresa investiu em sua manutenção nos anos de 2013 e 2014. Visa capacitar jovens através da Escola SENAI e, ao final da formação, aqueles que apresentarem aproveitamento no curso são contratados. Até 2014, formamos 74 jovens e contratamos 37. Ainda em 2014 a CPFL iniciou nova parceria com o SENAI para formar 33 alunos da comunidade no curso de Corte e Religião. As formações serão concluídas em 2015, ano em que também terá início novas parcerias com o SENAI utilizando recursos do PRONATEC. **Gestão ambiental:** (i) o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2013 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol; (ii) as ações da empresa integram novamente a carteira do Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 10º ano consecutivo, na carteira ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2015; e (iii) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para: **Geração de energia - UHE Foz do Chapeco** - (i) Soltura de 300 mil alevinos no reservatório, produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapeco/SC, para repovoamento do rio Uruguai; (ii) Recebida em outubro a 1ª Auditoria Externa de Manutenção do Sistema de Gestão Integrado, com recomendação da manutenção das certificações obtidas pela empresa em 2013; (iii) a Biofábrica instalada pela empresa em Alpestre/RS entregou mais de 9 mil mudas (banana, cana-de-açúcar, pitáia e abacaxi) para serem plantadas em unidades demonstrativas em comunidades lineares da Usina. Na Biofábrica, mudas de alta qualidade genética são produzidas em laboratório visando fortalecer a agricultura familiar local; (iv) assinatura de convênios com três associações de pescadores.

Cada pescador associado recebeu uma verba para a aquisição de um freezer e equipamentos; a Ceran - mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007; **Companhia Energética Rio das Antas (Ceran)** - mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007; **UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2014, a ENERCAN apoiou diversas ações voltadas ao desenvolvimento da região na área cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 67 projetos, gerando cerca de 395 empregos diretos e indiretos, e beneficiando cerca de 100 mil pessoas, um deles é o Projeto Protetores Ambientais, voltados à Educação Ambiental, desenvolvido a partir de um Curso de Formação para 02 turmas dos municípios de Campos Novos, e Abdon Batista, o projeto em parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, forma jovens estudantes para atuarem como agentes multiplicadores de preservação ambiental; (ii) pelo 3º ano consecutivo, a ENERCAN desenvolveu o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente com os moradores litorâneos do reservatório da UHE Campos Novos; e (iii) a empresa obteve do órgão ambiental estadual a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório - PCAU, que disciplina o uso das áreas de APP e do reservatório formado pela usina (iv) No mês de dezembro a empresa recebeu da FATMA Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, a renovação da Licença Ambiental de Operação com vigência para os próximos 96 (noventa e seis) meses; **UHE Barra Grande (BAESA)** - (i) Em 2014, o Programa de Responsabilidade Socioambiental viabilizou o apoio a 48 projetos para municípios da área de influência da UHE Barra Grande, com foco na geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social; (ii) implantada a 3ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação; (iii) a BAESA obteve em março a renovação da Licença de Operação com validade para 120 (cento e vinte) meses, em linhas gerais, em uma licença com validade de 14 condicionantes, a licença atual conta com 11 condicionantes frente a 25 condicionantes da licença anterior; (iv) Realizada a primeira soltura de peixes nativos no reservatório parte integrante do novo programa de clonagem da usina que prevê a soltura de 130 mil alevinos nos anos de 2014, 2015 e 2016, neste evento realizado no mês de novembro, foram soltos 4.500 alevinos de espécies piracanjuba, dourado e curimatá, as atividades contaram com a participação de alunos da escola municipal de Capão Alto/SC sendo acompanhada ainda pela Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros, imprensa e autoridades municipais; (v) pelo 3º ano consecutivo, a BAESA recebeu a Certificação ODM, concedida pelo Movimento Nós Podemos Santa Catarina, pela atuação em defesa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. • **Distribuição de energia** - (i) continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) a CETESB (órgão ambiental do Estado de São Paulo) emitiu as Licenças de Operação para os sistemas elétricos da CPFL Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, além de Autorizações para Manutenção das Faixas de Segurança de Linhas de Distribuição Rural para as sete distribuidoras do grupo no Estado de São Paulo.

A Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total contrato de auditoria
Revisão DIPJ	12/03/2012	Ano-calendário 2014	167.614,89	2%
Revisão dos procedimentos relativos ao aproveitamento do incentivo fiscal (IRPJ/CSSL) à inovação tecnológica	28/02/2014	5 meses	29.306,13	0%
Auditoria de itens financeiros e da conta de compensação de valores de itens da parcela "A" (CVA)	12/03/2012	Ano-calendário 2014	461.087,94	6%
Auditoria para as Demonstrações Contábeis Regulatórias	31/03/2014	Média de 5 meses	497.690,01	6%
Asseguração sobre o cumprimento de covenants financeiros	09/05/2014	Ano-calendário 2014	345.971,10	4%
Laudos Contábeis	12/03/2014	5 meses	245.625,03	3%
Due Diligence	02/05/2014	3 meses	412.857,15	5%
Trabalho de procedimentos acordados	10/01/2014	Média de 3 meses	31.716,09	0%
Relatório de Controle Patrimonial	02/05/2014	1 mês	102.623,84	1%
			2.294.492,18	28%

Como se observa, a CPFL Energia não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2014. A CPFL Energia adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal, e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

10. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na companhia no ano de 2014. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. **A Administração Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.**

Balanco Social Anual 2014/2013 (*)

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Recosta líquida (RL)				17.305.942		14.633.856
Resultado operacional (RO)				1.510.304		1.519.200
Folha de pagamento bruta (FPB)				684.724		648.973
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	61.294	8,95%	0,35%	54.505	8,40%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	185.320	27,06%	1,07%	175.130	26,99%	1,20%
Previdência privada	38.630	5,64%	0,22%	39.292	6,02%	0,27%
Saúde	39.364	5,75%	0,23%	35.338	5,45%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho	3.193	0,47%	0,02%	3.146	0,48%	0,02%
Educação	2.223	0,32%	0,01%	2.454	0,38%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.742	1,13%	0,04%	10.801	1,66%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	969	0,14%	0,01%	951	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	62.283	9,10%	0,36%	35.295	5,44%	0,24%
Outros	6.885	1,01%	0,04%	5.811	0,90%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	407.903	59,57%	2,36%	362.723	55,89%	2,48%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	125	0,01%	0,00%	909	0,06%	0,01%
Cultura	8.723	0,58%	0,05%	11.992	0,79%	0,08%
Saúde e saneamento	346	0,02%	0,00%	634	0,04%	0,00%
Esporte	1.373	0,09%	0,01%	1.553	0,10%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	6.455	0,43%	0,04%	6.960	0,46%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	17.022	1,13%	0,10%	22.048	1,45%	0,15%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.911.425	325,19%	28,38%	4.292.848	282,57%	29,34%
Total - Indicadores sociais externos	4.928.447	326,32%	28,48%	4.314.896	284,02%	29,49%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	31.837	2,11%	0,18%	37.407	2,46%	0,26%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	57.625	3,82%	0,33%	59.047	3,89%	0,40%
Total dos investimentos em meio ambiente	89.462	5,92%	0,52%	96.454	6,35%	0,66%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	9.136			8.391		
Nº de admissões durante o período	2.405			1.778		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	188			ND		
Nº de estagiários(as)	188			130		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.107			2.011		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.146			1.969		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,94%			14,29%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.684			1.340		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,17%			2,22%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	289			273		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			2013		
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Número total de acidentes de trabalho	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	A previdência privada contempla:
	21,03	54	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção e gerências () todos(as) empregados (as) (X) todos(as) + Cipa	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção e gerências () todos(as) empregados (as) (X) todos(as) + Cipa	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 7			

* continuação

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Resultado abrangente acumulado				Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária		Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do PL	Total do patrimônio líquido
					Ativo financeiro da concessão	Reforço de capital de giro								
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.793.424	228.322	556.481	326.899	-	-	455.906	535.627	(572.225)	56.293	6.380.728	19.741	1.490.660	7.891.129
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.419	937.419	-	11.617	949.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	460.226	460.226	-	-	460.226
Outros resultados abrangentes: ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.336	-	(1.895)	1.895	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.374)	-	644	(644)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	108.987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	46.871	-	-	-	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	(326.899)	326.899	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	-	326.899	-	-	-	(61.863)	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172	5.172	-	-	5.172
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(363.049)	(363.049)	-	(2.301)	(365.349)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(567.802)	(567.802)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	567.802	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	(455.906)	-	-	-	(455.906)	-	(17.589)	(473.495)
Integralização de capital de acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.566
Oferta de ações CPFL Renováveis	-	59.308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.191	328.500
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.793.424	287.630	603.352	108.987	265.036	567.802	509.666	(111.998)	59.308	59.308	7.523.899	18.490	1.756.328	8.798.718
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	949.177	949.177	-	(62.733)	886.443
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.720)	(225.720)	-	-	(225.720)
Outros resultados abrangentes: perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.478)	-	(2.254)	2.254	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.422	-	766	(766)	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	47.459	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização/reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	-	65.400	554.888	-	-	-	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.722	5.722	-	-	5.722
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(422.195)	(422.195)	-	(2.382)	(424.576)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(567.802)	(567.802)	-	(27.156)	(594.958)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	(567.802)	-	-	-	-	-	(2.189)	(2.189)
Resgate de reserva de capital social não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	760	1.123
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	362	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362	760
Ganho/perda em participação sem alteração no controle	-	(207)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)	-
Combinação de negócios CPFL Renováveis/DESA	-	180.297	-	-	-	-	-	-	-	180.297	180.297	-	653.366	833.663
Combinação de negócios CPFL Renováveis/DESA - efeito de não controlador de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.320	106.320
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.793.424	468.082	650.811	108.987	330.437	554.888	483.610	(337.718)	6.943.535	6.943.535	17.003	2.423.975	9.384.513	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes dos tributos	959.607	974.942	1.510.304	1.519.200
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	-	-	-	-
Depreciação e amortização	173	76	1.159.964	1.055.230
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	640	267	191.228	316.787
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	83.899	70.324
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	142.278	81.189	1.486.061	1.294.281
Despesa (receita) com plano de pensão	-	-	48.165	61.665
Equivalência patrimonial	(1.011.185)	(1.022.779)	(59.684)	(120.868)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	20.726	7.248
PIS e COFINS diferidos	-	-	24.946	28.328
Outros	-	-	(2.431)	(5.218)
	91.513	33.695	4.462.978	4.226.977
Redução (aumento) nos ativos operacionais	-	-	(265.103)	129.731
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	40.374	112.607
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.248.982	792.146	102.700	112.607
Tributos a compensar	1.564	21.797	(134)	42.176
Operações de arrendamento	-	-	1.009	1.648
Depósitos judiciais	(444)	12.935	65.732	101.310
Ativo financeiro setorial	-	-	(932.719)	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	-	-	(352.379)	(145.571)
Outros ativos operacionais	(411)	(1.196)	(41.665)	(30.725)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-	470.982	191.089
Fornecedores	(336)	(156)	(130.405)	193.357
Outros tributos e contribuições sociais	(389)	(147)	(118.897)	(85.546)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	11.415	(78.397)
Taxas regulamentares	-	-	(188.000)	(184.070)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(209)	(12.991)	21.998	-
Passivo financeiro setorial	-	-	25.807	9.246
Contas a pagar - CDE	-	-	83.458	10.820
Outros passivos operacionais	5.693	(435)	3.478.213	4.170.890
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.345.963	845.648	3.478.213	4.170.890
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(138.599)	(76.561)	(1.333.570)	(1.093.465)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.463)	(27.551)	(552.070)	(559.879)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.185.901	741.536	1.592.573	2.517.546
Atividades de investimento	-	-	-	-
Valor pago em combinação de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(68.464)	-
Caixa incorporado em combinação de negócios	-	-	139.293	-
Aumento de capital em investidas	(360.000)	(1.563)	(45.445)	-
Aquisições de imobilizado	-	(345)	(345.049)	(882.588)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	4.710	(7.839)	41.392
Adições de intangível	(13)	-	(716.818)	(852.248)
Venda de ativo não circulante	-	-	43.024	80.945
Adiantamento para futuro aumento de capital	(27.153)	(59.342)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(2.822)	(8.290)	949	(81.456)
Devolução de adiantamento a fornecedores	-	-	67.342	-
Outros	-	-	(584)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(389.988)	(64.830)	(933.007)	(1.694.539)
Atividades de financiamento	-	-	-	-
Oferta pública de ações de controlada	-	-	-	328.500
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	1.123	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	3.186.384	5.958.322
Amortização de principal de empréstimos, debêntures e derivativos	-	-	(299.535)	(4.499.451)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(986.811)	(815.514)	(1.016.641)	(838.990)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(986.811)	172.131	(508.533)	948.381
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(190.897)	848.837	151.033	1.771.388
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	990.672	141.835	4.206.422	2.435.034
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	799.775	990.672	4.357.455	4.206.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
1 - Receita	81	2.162	23.057.172	20.202.380
1.1 Receita de venda de energia e serviços	78	1.817	21.851.381	18.334.968
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	3	345	344.492	933.337
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	944.997	1.004.399
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(83.699)	(70.324)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.701)	(8.881)	(14.092.481)	(12.112.643)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(11.780.445)	(9.125.580)
2.2 Material	(21)	(320)	(857.284)	(1.276.079)
2.3 Serviços de terceiros	(5.060)	(5.370)	(1.008.775)	(1.106.872)
2.4 Outros	(2.620)	(3.191)	(445.978)	(604.112)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(7.620)	(6.719)	8.964.691	8.089.737
4 - Retenções	(173)	(76)	(1.160.713)	(1.057.261)
4.1 Depreciação e amortização	(173)	(76)	(675.696)	(760.285)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(285.018)	(296.977)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(7.793)	(6.794)	7.803.977	7.032.475
6 - Valor adicionado recebido em transferência	1.141.740	1.095.519	962.928	843.976
6.1 Receitas financeiras	130.555	72.740	903.244	723.109
6.2 Equivalência patrimonial	1.011.185	1.022.779	59.684	120.868
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.133.947	1.088.725	8.766.905	7.876.452
8 - Distribuição do valor adicionado	-	-	-	-
8.1 Pessoal e encargos	15.507	11.362	814.979	748.258
8.1.1 Remuneração direta	8.455	8.209	500.471	460.477
8.1.2 Benefícios	6.257	2.248	275.322	251.652
8.1.3 F.G.T.S.	796	905	39.186	36.129
8.2 Impostos, taxas e contribuições	25.807	55.343	5.044.467	4.421.938
8.2.1 Federais	25.782	55.322	1.916.922	1.625.798
8.2.2 Estaduais	24	20	3.109.743	2.782.086

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
2015	12.197	152.810
2016	21.018	121.938
2017	21.277	95.950
2018	17.297	77.681
2019	16.151	73.978
2020 a 2022	44.687	188.808
2023 a 2025	18.003	126.811
2026 a 2028	-	63.568
2029 a 2034	-	37.714
Total	150.628	938.496

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2014 e 2013

	2014	2013	
CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
959.607	959.607	974.942	974.942

Lucro antes dos tributos

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

Equivalência patrimonial	(1.011.185)	(1.011.185)	(1.022.779)	(1.022.779)
Amortização de intangível adquirido	(25.180)	-	(28.037)	-
Receta juros sobre o capital próprio	137.291	137.291	163.170	163.170
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	13.443	19.415	6.357	7.037
Base de cálculo	7.709.977	105.129	93.654	122.370
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito fiscal apurado	(6.658)	(26.282)	(8.429)	(30.593)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	11.830	10.680	1.172	1.326
Total	5.172	(15.602)	(8.257)	(29.267)
Corrente	(4.558)	(18.708)	(6.138)	(19.772)
Diferido	9.730	3.106	(2.119)	(9.495)

Lucro antes dos tributos

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

	2014	2013	
CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
1.510.304	1.510.304	1.519.200	1.519.200

Equivalência patrimonial

Amortização de intangível adquirido

Incentivos fiscais - PIIT(*)

Efeito regime lucro presumido

REFIS() - Lei 11.941/09 artigo 4º**

Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

Incentivo fiscal - lucro de exploração

Outras adições (exclusões) permanentes líquidas

Base de cálculo

Alíquota aplicável

Crédito (débito) fiscal apurado

Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido

Total

Corrente

Diferido

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

() Programa de Recuperação Fiscal**

Amortização de intangível adquirido - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPC 09 (R2) (nota 15). **Crédito Fiscal Constituído (não constituído)** - O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo líquido e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	2014	2013	
CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
(59.684)	(59.684)	(120.868)	(120.868)
93.116	119.477	101.886	131.161
(10.914)	(10.914)	(10.882)	(10.882)
17.467	(25.827)	(42.151)	(74.675)
-	-	(12.739)	(12.739)
102.062	102.062	74.318	74.318
-	(71.380)	-	(53.200)
56.652	(1.661)	50.489	15.871
1.709.002	1.562.376	1.559.254	1.468.187
9%	25%	9%	25%
(153.810)	(390.594)	(140.333)	(367.047)
(15.179)	(84.274)	(16.422)	(46.361)
(168.989)	(454.871)	(156.756)	(413.408)
(135.421)	(330.600)	(147.107)	(374.874)
(33.568)	(124.272)	(9.648)	(38.534)
(168.989)	(454.871)	(156.756)	(413.408)

Perdas atuariais

Alíquota aplicável

Tributos apurados

Limitação na constituição/(reversão) de créditos fiscais constituídos

Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Com relação às disposições trazidas pela Lei 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1º de janeiro de 2015, a controlada CPFL Energia optou pela adesão antecipada. As demais empresas do Grupo CPFL, incluindo a CPFL Energia, não optaram pela adoção antecipada da mesma e para o ano de 2014, continuam sujeita ao "Regime Tributário de Transição - RTT", instituído pela Lei 11.941/2009. **9.6 Créditos fiscais não reconhecidos: A controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não constituídos no montante de R\$ 106.586, que poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2014, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados são CPFL Renováveis (R\$ 435.438), Sul Geradora (R\$ 72.537) e CPFL Jaguari (R\$ 1.774). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.**

10. ARRENDAMENTO

As atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia eram realizadas, até 31 de outubro de 2014, pela CPFL Serviços e, a partir desta data, pela controlada CPFL Eficiência Energética S.A. (nota 13), nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários. A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia ("autoprodução") e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação. A controlada realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato. Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva

13. INVESTIMENTOS

Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial

Pelo patrimônio líquido da controlada

Mais valia de ativos, líquidos

Ágio de rentabilidade futura

Total

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial: As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	31/12/2014	31/12/2013				
Quantidade (mil) de ações	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial
CPFL Paulista	241.264	8.151.388	241.264	728.213	502.719	728.213
CPFL Piratininga	53.081.259	3.046.725	156.610	479.686	187.715	479.686
CPFL Santa Cruz	371.772	405.633	67.580	132.353	49.052	132.353
CPFL Leste Paulista	892.772	160.609	25.392	38.066	7.173	38.066
CPFL Sul Paulista	454.958	171.218	22.751	44.375	11.351	44.375
CPFL Jaguari	209.294	147.823	17.292	25.627	2.027	25.627
CPFL Mococa	117.199	110.319	14.002	26.260	10.248	26.260
RGE	807.169	3.714.531	934.472	1.300.685	177.672	1.300.685
CPFL Geração	205.487.717	5.861.890	1.039.619	2.035.286	16.499	2.035.286
CPFL Jaguari Geração (*)	40.108	38.740	40.108	34.685	(4.657)	34.685
CPFL Brasil	2.999	587.924	2.999	65.508	136.876	65.508
CPFL Planalto (*)	630	1.726	630	1.633	2.238	(115)
CPFL Serviços	1.528.988	116.148	21.096	23.013	5.719	23.013
CPFL Atende (*)	13.991	22.742	13.991	17.496	6.849	17.496
Nect (*)	2.059	21.316	2.059	9.458	10.812	9.458
CPFL Total (*)	19.005	51.291	19.005	24.417	10.327	24.417
CPFL Jaguariúna (*)	189.660	2.684	2.966	2.684	1	2.553
CPFL Telecom	9.377	117.603	9.377	(293)	(8.339)	(1.311)
CPFL Centrais Geradoras (*)	20.430	25.451	20.430	22.439	4.720	22.439
CPFL ESCO (a)	48.164	415.900	408.164	409.385	1.602	409.385

Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada

Amortização da mais valia de ativos

Total

(*) Quantidade de cotas.

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 119.419 (R\$ 131.161 em 2013) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

	Investimento em 31/12/2013	Aumento/Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Movimentação de capital em controladas sem alteração no controle	Dividendo e juros próprios	Reestruturação societária	Investimento em 31/12/2014
Investimento	1.186.113	-	502.719	(188.402)	-	(772.217)	-	728.213
CPFL Paulista	384.609	50.000	187.715	(22.353)	-	(120.285)	-	479.686
CPFL Piratininga	100.369	-	49.052	-	-	(17.068)	-	132.353
CPFL Santa Cruz	60.578	-	7.173	-	-	(28.695)	(989)	38.066
CPFL Leste Paulista	51.432	-	11.351	-	-	(16.973)	(1.435)	44.375
CPFL Sul Paulista	23.261	-	2.027	-	-	(16.014)	(912)	25.627
CPFL Jaguari	34.145	-	10.248	-	-	(11.426)	(2.119)	26.260
CPFL Mococa	1.254.557	-	177.672	(15.118)	-	(116.426)	-	1.300.685
RGE	2.116.833	-	16.499	-	180.452	(278.653)	-	2.035.286
CPFL Geração	48.356	-	(4.657)	-	-	(9.014)	-	34.685
CPFL Jaguari Geração	35.246	-	136.876	-	-	(106.614)	-	65.508
CPFL Brasil	(115)	-	2.238	-	-	(490)	-	1.633
CPFL Planalto	(115)	-	2.238	-	-	(11.631)	(48.154)	23.013
CPFL Serviços	77.708	-	5.719	-	-	(3.098)	-	17.496
CPFL Atende	13.746	-	6.849	-	-	(7.353)	-	9.458
Nect	5.999	-	10.812	-	-	(6.803)	-	24.417
CPFL Total	20.893	-	10.327	-	-	-	-	2.553
CPFL Jaguariúna	2.512	40	(8.339)	-	-	-	-	(1.311)
CPFL Telecom	(1.311)	9.357	(8.339)	-	-	-	-	(293)
CPFL Centrais Geradoras	16.041	-	4.720	-	-	(3.776)	5.454	22.439
CPFL ESCO (a)	10	360.000	1.602	-	-	(390)	-	409.385
Total	5.430.352	419.397	1.130.604	(225.720)	180.452	(1.514.240)	-	5.420.845

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações

Investimento

CPFL Paulista

CPFL Piratininga

CPFL Santa Cruz

CPFL Leste Paulista

CPFL Sul Paulista

CPFL Jaguari

CPFL Mococa

RGE

CPFL Geração

CPFL Jaguari Geração

CPFL Brasil

CPFL Planalto

CPFL Serviços

CPFL Atende

Nect

CPFL Total

CPFL Jaguariúna

CPFL Telecom

CPFL Centrais Geradoras

CPFL ESCO (a)

Total

Investimento

CPFL Paulista

CPFL Piratininga

CPFL Santa Cruz

CPFL Leste Paulista

CPFL Sul Paulista

CPFL Jaguari

CPFL Mococa

RGE

CPFL Geração

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	Participação patrimonial líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
Baesa	163.662	153.175	10.583	4.618
Enercan	415.952	391.728	49.040	67.640
Chapecoense	399.979	390.822	21.285	60.809
EPASA	106.243	82.939	(20.041)	(10.961)
Mais valia de ativos, líquidos	12.934	14.116	(1.182)	(1.238)
	1.098.769	1.032.681	59.684	120.868

13.2 Mais valia de ativos e ágio: A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15). **13.3 Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controladora	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CPFL Paulista	755.625	389.872	10.570	34.879	766.195	424.752
CPFL Piratininga	-	117.816	-	11.267	-	129.083
CPFL Santa Cruz	14.000	19.764	-	3.916	14.000	23.681
CPFL Leste Paulista	-	10.323	-	940	-	11.263
CPFL Sul Paulista	-	21.095	-	2.165	-	23.260
CPFL Jaguari	-	11.422	-	723	-	12.145
CPFL Mococa	-	15.919	-	1.168	-	17.085
RGE	82.117	-	50.077	25.039	132.194	25.039
CPFL Jaguari Geração	4.039	4.709	-	-	4.039	4.709
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	-
CPFL Planalto	-	5.101	-	-	-	5.101
CPFL Serviços	17.182	9.080	4.583	1.601	21.765	10.681
CPFL Atende	-	1.389	-	624	-	2.013
Nect	3.793	7.696	-	-	3.793	7.696
CPFL Total	-	792	-	404	-	1.196
CPFL ESCO (a)	877.136	614.978	65.231	82.725	942.367	697.702

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações. Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou no primeiro semestre R\$ 886.149 a título de dividendo e juros sobre o capital próprio a receber de 2014. Adicionalmente, as controladas declararam em 2014 o montante de R\$ 607.118 como dividendos intermediários, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2014, e, em função da aprovação pelo Conselho de Administração em agosto de 2014, estes montantes foram registrados como contos a receber. Em dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 380 de dividendo mínimo obrigatório a receber da controlada CPFL ESCO. Dos montantes registrados como contos a receber, R\$ 1.248.982 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2014. No consolidado, o saldo de dividendos e JCP a receber é de R\$ 54.483 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 55.265 em 31 de dezembro de 2013), referente aos empreendimentos controlados em conjunto e coligada (nota 3). **13.4 Reestruturação societária 2013 e 2014 - CPFL Centrais Geradoras, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa:** Em 31 de julho de 2013, com o objetivo de atender o Decreto 7.805/12 e a Lei 12.783/13 sobre desverticalização de geradoras contidas em distribuidoras de energia elétrica, foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa, os quais foram aportados nas CPFL Centrais Geradoras e a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada direta CPFL Centrais Geradoras. O acervo líquido cindido das controladas distribuidoras, no montante de R\$ 13.424, foi apurado na data-base 31 de julho de 2013. Em 2014, como complemento desta operação, foi cindido o montante adicional de R\$ 5.828 referente a ativos de geração, sendo registrado no ativo imobilizado da controlada CPFL Centrais Geradoras (nota 14), tendo como contrapartida a saída do ativo financeiro da concessão de R\$ 5.542 (nota 11) e o ativo intangível de R\$ 286 (nota 15) das controladas distribuidoras. Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia. **13.5 Reestruturação societária - CPFL Serviços e CPFL ESCO:** Em 31 de outubro de 2014 foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos da CPFL Serviços, relacionados à prestação de serviços de locação, manutenção e operação de plantas de geração de energia com óleo diesel, firmados com consumidores livres, denominados "autoprodução". Estes ativos foram cindidos da controlada CPFL Serviços para a controlada CPFL ESCO. O acervo líquido cindido da controlada CPFL Serviços, apurado na data-base 31 de outubro de 2014, era de R\$ 48.154. Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia, um vez que não se configurou combinação de negócios pois não houve alteração no controle. **13.6 Oferta de ações 2013 - CPFL Renováveis:** Em agosto de 2013 foi concluída a oferta pública de distribuição primária de 28 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementares de 1,2 milhões de ações ordinárias da controlada CPFL Renováveis, totalizando 73,1 milhões de ações e o montante total de R\$ 914.686. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$ 364.687 na oferta primária e complementar e (ii) de R\$ 549.999 na oferta secundária. Os custos de captação incorridos nesta operação foram de R\$ 36.187. Como consequência, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 63% para 58,84% em 31 de agosto de 2013, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$ 59.308, que de acordo com o ICPD 09 (R2) e IFRS 10 foi reconhecida como transação com os sócios e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido na conta de reserva de capital. **13.7 Combinação de negócios: 13.7.1 Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RGV:** Em 18 de junho de 2013, a controlada CPFL Renováveis assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW, e Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada por estes parques está contratada com a Eletrobras, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). Em 28 de fevereiro de 2014, concluiu-se a aquisição de Rosa dos Ventos ao preço total de R\$ 103.358, que compreende: (i) o valor de R\$ 70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$ 634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$ 32.428.

Informações adicionais da aquisição
a) Contraprestações

Contraprestações transferidas:	Rosa dos Ventos 28/02/2014
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	634
Total da contraprestação	70.930

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição: A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para a Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação. A alocação do valor pago foi suportada por laudos de avaliação econômico-financeiro. A Administração da controlada não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constitui imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo. A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

	Rosa dos Ventos 28/02/2014
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Outros ativos circulantes	6.231
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Imobilizado	50.102
Intangível	67.741
Impostos diferidos	570
Outros ativos não circulantes	307
Passivos circulantes:	3.797
Passivos não circulantes:	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização	947
Ativos líquidos adquiridos	70.930
Contrapartida transferida	70.930

c) Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	Rosa dos Ventos 28/02/2014
Contrapartidas pagas em caixa	70.930
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.466)
Caixa líquido de aquisição	68.464

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2014:

	Receita operacional líquida 2014	Lucro líquido 2014
Rosa dos Ventos 01/03/2014 a 31/12/2014	15.166	7.711

As informações consolidadas da Companhia para 2014 contemplam 10 (dez) meses de operações da controlada Rosa dos Ventos. **13.7.2 Associação entre CPFL Renováveis e Dobrev Energia S.A. - ("DESA"):** Em fevereiro de 2014, as controladas CPFL Renováveis e CPFL Geração celebraram um acordo de associação mediante a incorporação pela CPFL Renováveis da WF2 Holding S.A. ("WF2"), detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação pela CPFL Renováveis. O Arrow - Fundo de Investimentos e Participações ("FIP Arrow") era detentor da totalidade do capital social da WF2. A associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, após superadas todas as condições precedentes. Em Assembléias Gerais Extraordinárias com eficácia das aprovações em 1º de outubro de 2014, os acionistas da CPFL Renováveis bem como FIP Arrow, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Consequentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%. Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA e, consequentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis. A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis. Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações. Em decorrência desta emissão de ações, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis foi aumentado em R\$ 833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição, e que representa a totalidade do preço pago. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita. Como consequência da operação descrita acima, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 58,83% para 51,61%, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$ 180.297, que de acordo com o ICPD 09 (R2) e IFRS 10/CPC 36 (R) foi reconhecida como transação patrimonial, ou seja, transação com os sócios na qualidade de proprietários, e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da CPFL Energia, na conta de reserva de capital, como segue:

Antes do aumento de capital	% de participação no Patrimônio líquido (1)		Após o aumento		Aumento de participação
	Número de ações	Participação	Número de ações	% de participação no Patrimônio líquido (2)	
CPFL Energia - acionista controlador	259.748.799	58,83%	259.748.799	51,61%	2.217.587
Acionistas não controladores	181.781.079	41,17%	243.533.861	48,39%	653.366
	441.529.878	100%	503.282.660	100%	833.663

(1) Participação em 30 de setembro de 2014; (2) Participação em 1º de outubro de 2014. **Informações adicionais à associação (aquisição da WF2): a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data da aquisição:** A totalidade do valor pago na transação (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação. A Administração da controlada não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constitui imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo. A contabilização inicial da aquisição da WF2 foi provisoriamente apurada no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas, com base em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado por avaliador independente. O valor justo dos ativos e passivos, bem como a alocação do preço pago, está apresentado a seguir:

	WF2 consolidado 01/10/2014
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Outros ativos circulantes	32.274
Ativos não circulantes:	
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.459
Outros ativos não circulantes	98.264
Passivos circulantes:	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	102.996
Outros passivos circulantes	106.097
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	871.987
Impostos diferidos	280.234
Outros passivos não circulantes	56.406
Ativos líquidos adquiridos	939.983
Ágio gerado na aquisição	939.983
Contrapartida transferida	833.663
(+) Participação dos acionistas não controladores	106.320
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	939.983

Os valores justos apresentados acima são provisórios, cuja confirmação de valores está pendente até o recebimento do laudo de avaliação econômico-financeiro, que está em fase de elaboração por avaliador independente:

	R\$	
Imobilizado	1.295.476	
Intangível	7.937	
Intangível - direito de exploração	784.459	
Impostos diferidos	280.234	
Outros passivos não circulantes	56.406	
Participação em controladas não controladores	106.320	
A expectativa da Administração é de que o laudo supracitado esteja finalizado até abril de 2015. Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas. b) Entrada de caixa líquida na associação: Considerando que a aquisição foi efetuada a partir da troca de ações, não houve pagamento em caixa, tendo apenas sido incorporado o caixa da WF2 no montante de R\$ 139.293. c) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2014:		
	Receita operacional líquida 2014	Lucro líquido 2014
DESA consolidado - 01/10/2014 a 31/12/2014	48.036	1.880

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam 3 (três) meses de operações da DESA. **d) Participação de acionistas não controladores:** A participação de acionistas não controladores, representada por 40% de participação detida por terceiros na Ludesa Energética S.A., controlada da WF2, foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas, na data de aquisição, com base em seu valor justo, totalizavam R\$ 106.320. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita. **13.7.3 Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido de 2014 caso as aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2014.**

Consolidado CPFL Energia - histórica
Ajuste pro-forma consolidado (i)
Total

(i) Os ajustes pro-forma na receita operacional líquida consideram a adição da receita operacional líquida das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram controladas e consequentemente não consolidadas pela Companhia. Os ajustes pro-forma do lucro líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) inclusão da amortização do direito de exploração, líquido de impactos fiscais, caso a aquisição tivesse sido em 1º de janeiro de 2014; (iii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias para a associação com a WF2; e (iv) inclusão dos efeitos financeiros de debêntures efetuada pela WF2 para adquirir os não controladores de DESA. **13.8 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto:** A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	Total
Saldo em 31/12/2012	205.091	1.227.955	77.355	1.510.401
Participação acionária e no capital votante	35,00%	37,00%	40,07%	37,00%
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	24.380	(19.851)	7.088	11.617
Oferta pública inicial de ações	(13.140)	269.192	(6.750)	269.192
Dividendos	-	-	(6.750)	(19.890)
Outras movimentações	-	3.566	(69)	3.497
Saldo em 31/12/2013	216.331	1.480.864	72.629	1.774.819
Participação acionária e no capital votante	35,00%	41,16%	40,07%	37,00%
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	13.145	(72.782)	(3.097)	(62.733)
Combinação de negócios	-	759.686	-	759.686
Dividendos	(15.022)	(7.417)	(7.099)	(29.538)
Outras movimentações	-	(1.254)	(1)	(1.255)
Saldo em 31/12/2014	214.454	2.159.096	67.427	2.440.978

Participação acionária e no capital votante
(*) A participação de acionistas não controladores era de 41,16% até 28 de fevereiro de 2014, 41,17% de março a setembro de 2014 e 48,39% a partir de 1º de outubro de 2014. Em 1º de outubro de 2014 a controlada indireta CPFL Renováveis adquiriu o controle da WF2 (detentora da totalidade das ações de emissão da DESA), gerando um efeito na participação de acionistas não controladores no montante total de R\$ 759.686. Este efeito é composto pelo aumento de participação de não controladores devido à aquisição do controle de WF2 (R\$653.366) e pelo registro a valor justo da participação de acionistas não controladores na Ludesa Energética S.A., controlada indireta de WF2 (R\$ 106.320). Para mais informações vide nota 13.7.2.

13.8.2 Informações financeiras resumidas de cada controlada em que a Companhia possui participação de não controladores: As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Ativo circulante	138.684	1.166.223	13.756	110.430	1.040.470	26.529
Caixa e equivalentes de caixa	84.201	828.411	328	73.686	731.055	14.657
Ativo não circulante	1.040.545	10.469.653	116.751	1.090.695	8.454.787	116.739
Passivo circulante	129.255	1.019.960	35.315	96.831	1.082.806	24.241
Passivo financeiro	108.355	786.660	9.388	64.921	986.721	1.577
Passivo não circulante	437.249	6.273.418	-	486.207	4.834.189	-
Passivo financeiro	437.249	4.972.544	-	486.207	3.842.990	-
Patrimônio líquido	612.726	4.342.498	95.192	618.087	3.578.242	119.027
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	612.726	4.230.497	95.192	618.087	3.564.362	119.027
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	112.001	-	-	13.880	-

	2014			2013		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Receita operacional líquida	327.066	1.247.627	42.771	270.511	1.018.612	65.641
Depreciação e amortização	(50.017)	(432.267)	(6)	(47.050)	(348.355)	-
Receita de juros	11.604	87.131	(85)	5.928	46.793	(6)
Despesa de juros	(40.441)	(418.141)	-	(44.957)	(305.051)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(18.880)	(33.645)	(2.691)	(34.884)	(10.607)	(8.044)
Lucro (prejuízo) líquido	37.558	(167.362)	(7.728)	69.657		

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) "depreciação e amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios (nota 29). Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2014 foram capitalizados R\$ 8.044 (R\$ 8.845 em 2013) a uma taxa de 7,50% ao ano (8,32% ao ano em 2013). **15.1 Intangível adquirido em combinações de negócios:** A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado		Taxa de amortização			
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013		
	Custo Histórico	Amortizada acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
Controladora						
CPFL Paulista	304.861	(172.465)	132.397	147.933	5,10%	6,03%
CPFL Piratininga	39.065	(20.694)	18.371	20.192	4,66%	4,85%
RGE	3.150	(1.386)	1.764	1.943	5,70%	5,86%
CPFL Geração	54.555	(29.046)	25.509	28.170	4,88%	4,83%
CPFL Santa Cruz	9	(8)	1	3	16,22%	16,40%
CPFL Leste Paulista	3.333	(2.820)	513	1.091	17,36%	17,45%
CPFL Sul Paulista	7.288	(6.132)	1.156	2.434	17,53%	16,94%
CPFL Jaguari	5.213	(4.500)	713	1.710	19,13%	16,49%
CPFL Mococa	9.110	(8.069)	1.041	2.638	17,53%	18,96%
CPFL Jaguari Geração	7.896	(2.810)	5.086	5.616	6,71%	7,07%
	434.480	(247.930)	186.550	211.730		
Controladas						
CPFL Renováveis	3.993.342	(415.016)	3.578.326	2.850.857	4,11%	4,11%
Outros	15.096	(14.175)	921	1.083		
	4.008.438	(429.191)	3.579.246	2.851.940		
Subtotal	4.442.918	(677.121)	3.765.797	3.063.670		
Intangível adquirido já incorporado - dedutível						
Controladas						
RGE	1.120.266	(818.702)	301.564	321.225	1,75%	1,89%
CPFL Geração	426.450	(287.347)	139.103	155.698	3,89%	3,66%
Subtotal	1.546.716	(1.106.049)	440.667	476.923		

	Consolidado		Taxa de amortização			
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013		
	Custo Histórico	Amortizada acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Controladora						
CPFL Paulista	1.074.026	(643.640)	430.386	479.952	4,61%	5,39%
CPFL Piratininga	115.762	(61.322)	54.439	59.836	4,66%	4,85%
RGE	310.128	(142.488)	167.640	184.700	5,50%	5,65%
CPFL Santa Cruz	61.685	(55.631)	6.054	12.241	10,03%	10,14%
CPFL Leste Paulista	27.034	(24.325)	2.709	6.615	14,45%	14,47%
CPFL Sul Paulista	38.168	(33.984)	4.184	9.652	14,35%	14,02%
CPFL Mococa	15.124	(13.658)	1.266	3.330	14,05%	14,85%
CPFL Jaguari	23.600	(21.404)	2.196	5.813	15,33%	14,28%
CPFL Jaguari Geração	15.275	(6.600)	8.675	9.578	5,91%	6,23%
Subtotal	1.680.801	(1.003.252)	677.548	771.788		
Total	7.670.434	(2.786.422)	4.884.012	4.312.381		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado: - Intangível adquirido não incorporado: Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3. - Intangível adquirido já incorporado - Dedutível: Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios.

líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal. - Intangível adquirido já incorporado - Recomposto: Com o objetivo de atender às determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo. Para os saldos da controlada CPFL Renováveis, a amortização é registrada pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método linear. Para os demais saldos, as taxas de amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios são definidas com base na curva do resultado projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão, cujas projeções são revistas anualmente. **15.2 Teste de redução ao valor recuperável:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

16. FORNECEDORES

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013		
Circulante				
Encargos de serviço do sistema				
Suprimento de energia elétrica				
Encargos de uso da rede elétrica				
Materiais e serviços				
Energia livre				
Total				
Não circulante				
Materiais e serviços				
			633	-

17. ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado				31/12/2013		
	Encargos - circulante e não circulante	Principal		Total	Encargos - circulante e não circulante	Principal	
		Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Repotenciação	-	-	-	-	6	1.229	-
Investimento	10.463	619.704	4.696.171	5.326.338	24.555	872.818	4.071.441
Bens de renda	14	631	3.649	4.294	27	1.364	5.717
Instituições financeiras	128.887	239.799	1.434.168	1.802.855	128.752	560.121	1.520.231
Outros	709	108.918	14.223	123.851	674	40.658	19.063
Total ao custo	140.079	969.053	6.148.211	7.257.338	154.013	1.476.190	5.616.452
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Instituições financeiras	18.168	125.511	3.353.468	3.497.147	15.213	42.307	1.906.739
Marcação a mercado	-	155	(56.153)	(55.998)	-	194	44.001
Total ao valor justo	18.168	125.667	3.297.315	3.441.149	15.213	42.501	1.950.740
Gastos com captação							
Total	158.241	1.093.500	9.426.634	10.678.376	169.226	1.514.626	7.546.144

	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2014	31/12/2013			
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Repotenciação					
CPFL Renováveis					
BNDES	-	1.235	TJLP + 3,1% a 4,3%	75 Parcelas mensais a partir de setembro de 2007	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Investimento					
CPFL Paulista					
FINEM IV	-	64.103	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	103.617	137.195	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	7.130	8.874	Prefixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	45.937	53.481	Prefixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	245.445	284.373	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	11.917	12.684	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	218.640	204.849	Prefixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	42.260	50.706	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
FINEM III	-	26.719	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	55.807	73.892	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	2.299	2.861	Prefixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	23.889	27.812	Prefixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	71.737	80.513	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	3.130	3.288	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	54.409	48.237	Prefixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	20.039	24.044	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE					
FINEM IV	-	40.805	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	62.721	83.046	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	17.622	20.516	Prefixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	131.125	157.318	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	1.261	1.420	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	80.396	73.013	Prefixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	10.056	12.065	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	287	345	Prefixado 10,0%	90 Parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária
CPFL Santa Cruz					
CCB - Unibanco	929	3.159	TJLP + 2,90%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	11.317	-	Prefixado 6%	111 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.334	-	SELIC + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	7.596	-	TJLP + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
CCB - Unibanco	1.286	2.688	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	2.904	-	Prefixado 6%	111 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.179	-	SELIC + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.685	-	TJLP + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
CCB - Unibanco	1.393	2.911	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	1.968	-	Prefixado 6%	111 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.553	-	SELIC + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.545	-	TJLP + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguari					
CCB - Unibanco	455	1.547	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Santander	1.968	2.136	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	635	607	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.775	-	Prefixado 6%	111 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.104	-	SELIC + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.516	-	TJLP + 2,19%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
CCB - Unibanco	608	1.824	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de janeiro 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Santander	2.532	2.747	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	2.067	1.358	Cesta de Moedas + 1,99% a 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	4.335	2.305	TJLP + 2,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
FINAME	1.675	1.701	Prefixado 2,5% a 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	357	-	Prefixado 6%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	1.272	1.258	Prefixado 6% a 10%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	14.806	11.699	Prefixado 2,5% a 5,5%	114 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	74	87	TJLP + 4,2%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	2.860	-	Prefixado 6%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	7.017</				

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2014	31/12/2013			
CPFL Jaguarí					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	–	3.755	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	3.376	3.031	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	15.064	16.615	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	13.836	–	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	–	1.908	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	22.119	19.861	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	4.888	5.392	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	15.519	–	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
Banco IBM - Capital de giro	6.316	7.325	CDI + 0,10%	11 Parcelas semestrais a partir de junho de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração					
Banco do Brasil - Capital de giro	637.635	628.828	107% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis					
Banco Safra	–	27.713	CDI + 0,4%	Parcelas anuais até 2014	Não existem garantias
HSBC (e)	322.336	350.329	CDI + 0,5%	08 Parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil	36.739	–	Prefixado + 10,00%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	–	144.428	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Nota promissória	–	150.175	105% do CDI	Parcela semestral até junho de 2014	Não existem garantias
CPFL Telecom					
Banco IBM - Capital de giro	38.489	–	CDI + 0,18%	12 Parcelas semestrais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia
Outros					
Eletrôbrás					
CPFL Paulista	5.414	6.918	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	239	390	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
RGE	9.746	11.834	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	1.601	2.173	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Leste Paulista	747	961	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	808	1.072	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	41	58	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de junho de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Mococa	222	275	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
Outros	105.034	36.713	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
Subtotal moeda nacional - custo	7.257.338	7.246.656			
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Instituições financeiras					
CPFL Paulista					
Bank of America Merrill Lynch	270.248	238.318	US\$ + 3,69% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	399.887	352.685	US\$ + Libor 3 meses + 1,48% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	119.561	–	US\$+Libor 3 meses+1,7% (4)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi (b)	132.887	–	US\$+Libor 3 meses+0,8% (3)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	133.583	117.821	US\$ + Libor 6 meses + 1,77% (2)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	132.962	–	US\$+Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Mizuho Bank (c)	199.235	–	US\$+Libor 3 meses + 1,55% (3)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	133.601	117.843	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (2)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	64.958	57.299	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	106.383	–	US\$ + 2,28% a 2,32% (3)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Piratininga					
Citibank	21.401	18.878	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (2)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	167.050	–	US\$ + Libor 6 meses + 1,14% (2)	Parcela única em janeiro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	132.962	–	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	120.585	106.348	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	84.843	74.840	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Sumitomo (b)	133.259	–	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
RGE					
Bank of Tokyo-Mitsubishi	47.908	42.252	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (3)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	218.046	192.298	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (3)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	39.912	–	US\$ + Libor 3 meses + 1,25% (4)	02 Parcelas anuais a partir de maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	186.593	164.567	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (3)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	126.126	111.235	US\$ + 2,64% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	36.223	–	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (4)	Parcela única em outubro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Santa Cruz					
J.P. Morgan	25.864	22.813	US\$ + 2,38% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	23.590	20.805	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Leste Paulista					
Citibank	–	11.226	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	32.926	29.037	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Sul Paulista					
Citibank	–	11.226	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	13.578	11.977	US\$ + 2,38% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	25.949	22.885	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	13.829	12.195	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Jaguarí					
Citibank	–	10.284	US\$ + Libor 6 meses + 1,57% (2)	Parcela única em agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	36.564	32.247	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	17.122	15.099	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Mococa					
Citibank	–	9.822	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	14.488	12.776	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Geração					
Citibank	–	147.482	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (2)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	265.779	–	US\$+Libor 3 meses+1,30% (3)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Serviços					
J.P. Morgan	10.040	–	US\$ + 1,75% (2)	Parcela única em outubro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Telecom					
Banco Itaú	9.202	–	US\$ + 2,35% (3)	Parcela única em novembro de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado	(55.998)	44.195			
Total moeda estrangeira - valor justo	3.441.149	2.008.454			
Gastos com captação (*)	(20.110)	(25.114)			
Total Consolidado	10.678.376	9.229.996			

As controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 143,85% do CDI
- (2) 99% a 104% do CDI
- (3) 104,1% a 109% do CDI
- (4) 109,1% a 110% do CDI
- (d) 109,47% do CDI
- (e) CDI + 0,73%
- (f) Pré fixado 10,57%

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 3.441.149 (R\$ 2.008.454 em 31 de dezembro de 2013). As mudanças nos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro das controladas. Os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 55.998 (perda de R\$ 44.195 em 31 de dezembro de 2013), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 25.382 (ganho de R\$ 18.080 em 31 de dezembro de 2013), contratados para proteção da variação cambial (nota 35), geraram um ganho total líquido de R\$ 30.616 (perda de R\$ 26.114 em 31 de dezembro de 2013). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2016	2.177.991
2017	1.581.937
2018	1.654.242
2019	1.642.385
2020	515.495
2021 a 2025	1.359.618
2026 a 2030	551.119
Subtotal	9.482.787
Marcação a mercado	(56.154)
Total	9.426.634

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Índiceador	Variação acumulada		Consolidado% da dívida	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IGP-M	3,69	5,53	0,69	0,91
UMBND	13,27	17,80	0,53	0,62
TJLP	5,00	5,00	36,50	39,03
CDI	10,81	8,02	49,26	45,42
Outros			13,01	14,03
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

Empresa	Moeda nacional					
	Banco/ Modalidade	Montantes R\$ mil				Destinação dos recursos
		Total aprovado	Liberado em 2014	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	
Investimento:						
CPFL Paulista	FINEM VI (a) (b)	790.000	26.969	26.969	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Piratininga	FINEM V (a) (b)	220.000	12.442	12.442	Mensal Plano de investimento da controlada	
RGE	FINEM VI (a) (b)	274.997	8.354	8.354	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Santa Cruz	FINEM (b)	25.360	21.891	21.891	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Leste Paulista	FINEM (b)	13.045	6.655	6.655	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Sul Paulista	FINEM (b)	12.280	6.945	6.945	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Jaguarí	FINEM (b)	10.398	6.288	6.288	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Mococa	CCB Santander (b)	6.119	2.523	1.631	Mensal Aquisição de veículos e equipamentos	
CPFL Serviços	FINAME (b)	15.140	15.140	15.140	Mensal Aquisição de equipamentos elétricos	
CPFL Transmissão	FINAME (b)	23.824	13.054	13.054	Mensal Aquisição de equipamentos elétricos	
CPFL Telecom	FINAME e FINEM (b)	95.333	34.918	34.632	Trimestral na carência e mensal pós carência Plano de investimento da controlada	
CPFL Renováveis	BNB II (b)	(c)	(c)	(c)	(c)	
CPFL Renováveis	FINEM XIII	379.948	314.991	314.991	Mensal Plano de investimento da controlada	
CPFL Renováveis	FINEM XIV, FINEM XV, FINEM XVI					
CPFL Renováveis	Ponte BNDES IV (b), FINEP III (b)	(e)	(e)	(e)	Ponte BNDES IV: Jan/2016; Demais: Mensal Plano de investimento da controlada (PCHs e eólicas)	
CPFL Renováveis	FINEM VI	85.244	9.667	9.667	Mensal Construção PCHs	
CPFL Renováveis	FINEM XII	289.954	22.758	22.758	Mensal Construção Parque Eólico	
CPFL Renováveis	FINAME III	207.000	31.543	31.543	Mensal Construção Usina	
CPFL Renováveis	FINEM II (b)	88.095	10.348	10.234	Mensal Plano de investimento da controlada (inovações tecnológicas)	
Instituições Financeiras:						
CPFL Santa Cruz	Banco IBM (b)	8.006	8.006	8.006	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Leste Paulista	Banco IBM (b)	43.955	43.955	43.955	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Sul Paulista	Banco IBM (b)	3.997	3.997	3.997	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Jaguarí	Banco IBM (b)	13.986	13.986	13.986	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Mococa	Banco IBM (b)	15.000	15.000	15.000	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Telecom	Banco IBM (b)	37.989	37.989	37.989	Semestral Reforço de capital de giro	
CPFL Renováveis	Banco do Brasil (Nota promissória) (b)	138.000	138.000	138.000	(d) (d)	
CPFL Renováveis	Banco do Brasil	(e)	(e)	(e)	Mensal Plano de investimento da controlada (PCHs)	

Empresa	Instituições Financeiras:	Banco/ Modalidade	Moeda estrangeira			
			Montantes R\$ mil			Destinação dos recursos
			Total aprovado	Liberado em 2014	Liberado líquido dos gastos de captação	
CPFL Paulista	Bank of America Merrill Lynch - Lei nº 4.131/62	106.020	106.020	106.020	Trimestral Alongamento do perfil da dívida	
CPFL Paulista	Banco Tokyo-Mitsubishi - Lei nº 4.131/62	117.400	117.400	116.226	Trimestral Alongamento do perfil da dívida	
CPFL Paulista	Citibank - Lei nº 4.131/62	117.250	117.250	117.250	Trimestral Alongamento do perfil da dívida	
CPFL Paulista	Mizuho Bank - Lei nº 4.131/62	17				

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Consolidado								
	31/12/2014			31/12/2013					
	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante			
Controladora									
4ª Emissão	Série única	15.020	1.290.000	-	1.305.020	12.438	-	1.290.000	1.302.438
		15.020	1.290.000	-	1.305.020	12.438	-	1.290.000	1.302.438
CPFL Paulista									
6ª Emissão	Série única	38.673	-	660.000	698.673	31.674	-	660.000	691.674
7ª Emissão	Série única	24.291	-	505.000	529.291	20.173	-	505.000	525.173
		62.964	-	1.165.000	1.227.964	51.847	-	1.165.000	1.216.847
CPFL Piratininga									
3ª Emissão	Série única	7.571	260.000	-	267.571	6.331	-	260.000	266.331
3ª Emissão	Série única	6.446	-	110.000	116.446	5.279	-	110.000	115.279
7ª Emissão	Série única	11.304	-	235.000	246.304	9.388	-	235.000	244.388
		25.320	260.000	345.000	630.320	20.998	-	605.000	625.998
RGE									
6ª Emissão	Série única	29.298	-	500.000	529.298	23.995	-	500.000	523.995
7ª Emissão	Série única	8.177	-	170.000	178.177	6.791	-	170.000	176.791
		37.475	-	670.000	707.475	30.786	-	670.000	700.786
CPFL Santa Cruz									
1ª Emissão	Série única	480	-	65.000	65.480	416	-	65.000	65.416
CPFL Brasil									
2ª Emissão	Série única	2.346	-	228.000	230.346	1.948	-	228.000	229.948
CPFL Geração									
3ª Emissão	Série única	7.687	264.000	-	271.687	6.429	-	264.000	270.429
4ª Emissão	Série única	-	-	-	-	5.809	-	680.000	685.809
5ª Emissão	Série única	-	-	1.092.000	1.103.236	9.329	-	1.092.000	1.101.329
6ª Emissão	Série única	19.446	-	460.000	479.446	16.254	-	460.000	476.254
7ª Emissão	Série única	13.739	-	635.000	648.739	-	-	-	-
8ª Emissão	Série única	2.903	-	72.390	75.293	-	-	-	-
		55.012	264.000	2.259.390	2.578.401	37.821	-	2.496.000	2.533.821
CPFL Renováveis									
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	798	36.640	476.329	513.767	814	34.872	489.858	525.544
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	57.991	8.701	149.492	216.184	32.177	-	158.193	190.370
1ª Emissão - Renováveis	Série única	5.795	21.500	408.500	435.795	5.065	-	430.000	435.065
2ª Emissão - Renováveis	Série única	9.603	-	300.000	309.603	-	-	-	-
1ª Emissão - WF2 (a)	Série única	2.984	30.000	-	32.984	-	-	-	-
2ª Emissão - WF2 (a)	Série única	10.582	132.000	-	142.582	-	-	-	-
1ª Emissão - DESA (a)	Série única	716	-	35.000	35.716	-	-	-	-
2ª Emissão - DESA (a)	Série única	6.022	-	65.000	71.022	-	-	-	-
		94.491	228.841	1.434.321	1.757.653	38.056	34.872	1.078.051	1.150.979
		-	(766)	(30.311)	(31.077)	-	-	(34.832)	(34.832)
		293.108	2.042.075	6.136.400	8.471.583	194.311	34.872	7.562.219	7.914.002

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

	Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa efetiva ao ano	Condições de amortização	Garantias
Controladora					
4ª Emissão	Série única	129.000	CDI + 0,40%	CDI + 0,51%	Parcela única em maio de 2015
CPFL Paulista					
6ª Emissão	Série única	660	CDI + 0,8%	CDI + 0,87%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017
7ª Emissão	Série única	50.500	CDI + 0,83%	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018
CPFL Piratininga					
3ª Emissão	Série única	260	107% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril de 2015
6ª Emissão	Série única	110	CDI + 0,8%	CDI + 0,91%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017
7ª Emissão	Série única	23.500	CDI + 0,83%	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018
RGE					
6ª Emissão	Série única	500	CDI + 0,8%	CDI + 0,88%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017
7ª Emissão	Série única	17.000	CDI + 0,83%	CDI + 0,88%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018
CPFL Santa Cruz					
1ª Emissão	Série única	650	CDI + 1,4%	CDI + 1,52%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017
CPFL Brasil					
2ª Emissão	Série única	2.280	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017
CPFL Geração					
3ª Emissão	Série única	264	107% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril de 2015
4ª Emissão	Série única	6.800	CDI + 1,4%	CDI + 1,49%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017
5ª Emissão	Série única	10.920	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017
6ª Emissão	Série única	46.000	CDI + 0,75%	CDI + 0,75%	03 parcelas anuais a partir de agosto de 2018
7ª Emissão	Série única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019
8ª Emissão	Série única	1	103,33% do CDI	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019
CPFL Renováveis					
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015
1ª Emissão - Renováveis	Série única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Parcelas anuais a partir de maio de 2015
2ª Emissão - Renováveis	Série única	300.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	5 parcelas anuais a partir de junho de 2017
1ª Emissão - WF2 (a)	Série única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Parcela única em março de 2015
2ª Emissão - WF2 (a)	Série única	20	CDI + 2%	CDI + 2%	Parcela única em novembro de 2015
1ª Emissão - DESA (a)	Série única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio de 2016
2ª Emissão - DESA (a)	Série única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril de 2018

As controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 100,15% a 106,9% do CDI
(2) 107% a 107,9% do CDI
(3) 108% a 108,1% do CDI

O saldo de Debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

	Quantidade em circulação	Montantes R\$ mil				
Vencimento						
2016		105.841				
2017		1.204.809				
2018		1.664.194				
2019		1.800.175				
2020		608.571				
2021 a 2025		661.183				
2026 a 2030		91.827				
Total		6.136.400				
Principais adições no exercício						
Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montante em 2014	Liberação líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
CPFL Geração	7ª emissão	63.500	635.000	633.440	Semestralmente	Refinanciamento das dívidas
CPFL Geração	8ª emissão	1	70.000	68.873	Anualmente	Investimento em projeto da controlada
CPFL Renováveis	2ª emissão	300.000	300.000	298.700	Semestralmente	Reforço de capital de giro e plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	1ª e 2ª emissão - WF2 e 1ª e 2ª emissão - DESA	(a)	(a)	(a)	(a)	Investimento em projetos de desenvolvimento de novos negócios, financiamento de projetos e reforço de caixa

(a) Em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou o saldo da 1ª e 2ª emissão das debêntures da WF2 e Dobrevé Energia S/A.

Condições restritivas: As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre-estabelecidos.

Os principais índices são os seguintes:

CPFL Paulista (6ª e 7ª emissões), CPFL Piratininga (3ª, 6ª e 7ª emissões), RGE (6ª e 7ª emissões), CPFL Geração (3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões), CPFL Brasil e CPFL Santa Cruz: Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices: • Envolvimento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; • EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25; A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). **CPFL Renováveis:** As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros: **1ª emissão CPFL Renováveis:** • Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05; • Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante; • EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75; **2ª emissão CPFL Renováveis:** • Manutenção de índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante. **Tais índices serão medidos anualmente. 1ª emissão controlada indireta PCH Holding S.A.:** • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014; • Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante. **2ª emissão - Dobrevé Energia S/A (DESA):** • Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos menor ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018. Diversas debêntures das controladas e empreendimentos controlados em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia. O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato. A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

19. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características: **19.1 Características: CPFL Paulista:** Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características: (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporcionalidade do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulatórios de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **CPFL Piratininga:** A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de criação da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos. Em 2 de abril de 1998, a Secretária de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - "BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características: (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporcionalidade do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulatórios de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a controlada e os participantes. (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **CPFL Geração:** Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

19.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2014					31/12/2013				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total passivo	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total passivo
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.820.563	986.972	88.621	279.283	5.175.439	3.259.853	919.441	82.167	245.371	4.486.832
Valor justo dos ativos do plano	(3.315.422)	(913.589)	(85.360)	(273.019)	(4.587.390)	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)
Valor presente das obrigações líquidas, reconhecido no balanço	505.141	73.383	3.261	6.264	588.049	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832	3.235.768	874.546	83.309	242.325	4.435.948
Valor justo dos ativos do plano	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos reconhecido no balanço (asset ceiling)	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2012	4.431.699	1.159.779	101.714	298	



★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programa de recuperação fiscal - REFIS - Lei nº 11.941/2009

Em outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865/2013, a qual reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, pelo qual as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos federais referentes aos Processos Fiscais - PIS e COFINS sobre Encargos Setoriais - CCC/CDE - regime não cumulativo no montante total de R\$ 57.465, e, desta forma, obtiveram o desconto de juros e multa no montante de R\$ 36.823 registrado no resultado financeiro (nota 30). Em junho de 2014 foi instituída a Lei 12.996, que definiu a possibilidade de quitação de 70% do saldo de parcelamentos em andamento com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios ou entre empresas controladora e controladas. Em novembro de 2014, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga efetuaram a quitação antecipada dos parcelamentos, com saldo total naquela data de R\$ 40.006 mil, sendo R\$ 12.001 através de liquidação financeira e R\$ 28.005 através de utilização de prejuízos fiscais e bases negativas da CPFL Energia, controladora de ambas as controladas.

22. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	124.261	82.857	119.707	80.516
Cívicos				
Diversos	172.564	120.696	149.735	174.961
Fiscais				
FINSOCIAL	27.585	77.576	25.682	73.633
Imposto de renda	120.054	929.589	128.332	779.899
Outros	9.774	51.755	20.555	33.785
Outros	157.413	958.920	174.568	887.318
Total	36.620	4	23.985	384
Total	490.858	1.162.477	467.996	1.143.179

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	119.707	81.992	(35.513)	(57.453)	15.528	124.261
Cívicos	149.735	126.363	(35.322)	(105.917)	22.703	172.564
Fiscais	174.568	8.223	(27.665)	(7.712)	10.000	157.413
Outros	23.985	39.427	(10.000)	(16.918)	126	36.620
Total	467.996	256.005	(108.500)	(188.000)	48.356	490.858

As provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: (i) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações); (ii) **Cívicos: Danos Pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado"; (iii) **Fiscais: FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991 na controlada CPFL Paulista. **Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 120.054 em 31 de dezembro de 2013 refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL, no cálculo do IRPJ. **Fiscais Outros** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa referente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo o INSS, FGTS e SAT. **Perdas possíveis:** Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2014 estavam assim representadas: (i) R\$ 459.303 trabalhistas (R\$ 244.277 em 31 de dezembro de 2013) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentro de outros; (ii) R\$ 481.575 cívicos (R\$ 413.850 em 31 de dezembro de 2013), representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária; (iii) R\$ 3.216.961 fiscais (R\$ 2.704.881 em 31 de dezembro de 2013), relacionadas basicamente a ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS e imposto de Renda, sendo uma das principais discussões a dedutibilidade da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.008.733, com um depósito judicial vinculado de R\$ 703.073; e (iv) R\$ 39.739 regulatórias (R\$ 27.628 em 31 de dezembro de 2013). Na perda possível regulatória está incluída principalmente a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 06 de março de 2013, na qual as controladas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAEGE, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo, levando os assessores jurídicos da Companhia a qualificarem seu risco de perda como possível. O montante do risco total é de R\$ 3.756.639, sendo R\$ 3.216.961 em 31 de dezembro de 2013. **Depósitos judiciais - imposto de renda:** do montante total de R\$ 829.589, o montante de R\$ 703.073 (R\$ 681 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão de funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota M/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e efetuou depósitos judiciais. Esta dedutibilidade gerou ainda outorgações e a controlada ofereceu como garantia fianças bancárias. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível. A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

23. USO DO BEM PÚBLICO

	Consolidado		Quantidade de parcelas restantes
	31/12/2014	31/12/2013	
Empresas	84.992	83.176	255
Circulante	4.000	3.738	
Não circulante	80.992	79.438	

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Consumidores e concessionárias	49.710	43.804	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	267.123	218.419	13.370	11.537
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	105.125	164.180	12.389	4.842
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.469	1.966	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	734	982	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	85.683	34.879	23.849	23.849
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	49.938	34.471
Folha de pagamento	12.232	17.639	-	-
Participação nos lucros	55.659	36.601	7.413	4.171
Convênios de arrecadação	91.889	73.240	-	-
Garantias	-	-	31.479	29.133
Descontos tarifários - CDE	35.053	9.246	-	-
Aquisição de negócios	70.419	10.477	16.152	-
Outros	60.844	52.095	11.425	1.981
Total	835.941	663.529	183.766	103.886

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. **Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:** As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Já tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. **Adiantamentos:** Referem-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço. **Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicas. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a: (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: Em julho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, o qual consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização. O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano tem duração de 2012 a 2018 e são elegíveis determinados executivos da Companhia que estejam exercendo a função na data da outorga. A outorga é anual e o prazo de carência (*vesting period*) para recebimento da premiação, se estabelece a partir do segundo, terceiro ou quarto ano a contar da data da outorga, sendo a opção de 1/3 do valor total da premiação de cada outorga por ano. O eventual não atingimento da expectativa em uma conversão poderá ser acumulado nos *vestings* seguintes, até o limite da respectiva outorga. O Programa prevê realização parcial, caso a expectativa do Plano Estratégico seja atingida em no mínimo 80%, com respectiva redução da premiação ao percentual atingido, bem como possibilidade de superação, com teto de até 150%, sob o mesmo critério. **Aquisição de negócios:** Refere-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas principalmente à aquisição de participação de não controladores, no montante de R\$ 71.490. Este montante é advindo da incorporação da WF2 (nota 13) em 1º de outubro de 2014. Anteriormente a aquisição da WF2 pela CPFL Renováveis, a adquirida havia firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os acionistas não controladores da DESA, detentores, naquela data, de 21,14% do capital votante e total da DESA. Mediante referido contrato, os acionistas não controladores da DESA se comprometem em alienar a totalidade de suas ações ao valor total de R\$ 203.000, nos termos e sujeito às condições estabelecidas no contrato. O valor remanescente de R\$ 71.490, em aberto em 31 de dezembro de 2014, será realizado em cinco parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorrerá em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculada *pro rata die*.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
Acionistas				
BB Carteira Livre FIA	288.569.602	29,99	288.569.602	29,99
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	477.700	0,05	487.700	0,05
Camargo Correa S.A.	837.860	0,09	837.860	0,09
ESC Energia S.A.	234.092.930	24,33	234.092.930	24,33
Bonaire Participações S.A.	1.200.000	0,12	6.308.790	0,66
Energia São Paulo FIA	141.929.430	14,75	136.820.640	14,22
Fundação Petróbras de Seguridade Social - Petros	1.759.900	0,18	1.759.900	0,18
Fundo Sistel de Seguridade Social	19.500	0,00	19.500	0,00
BNDES Participações S.A.	64.842.768	6,74	64.842.768	6,74
Antares Holdings Ltda.	16.039.720	1,67	16.039.720	1,67
Brumado Holdings Ltda.	34.502.100	3,59	34.502.100	3,59
Membros do Conselho de Administração	800	0,00	-	-
Membros da Diretoria Executiva	102.300	0,01	102.300	0,01
Demais acionistas	177.899.650	18,49	177.890.400	18,49
Total	962.274.260	100,00	962.274.260	100,00

25.1 Alteração de capital - acionista do grupo controlador: Em 28 de junho de 2014, o acionista Bonaire Participações S.A. emitiu Aviso aos Acionistas, comunicando a aprovação de redução de seu capital social em R\$ 206.541, sem cancelamento de ações. Esta redução se deu através de restituição a seus acionistas de: (i) R\$ 171.339 em dinheiro, (ii) R\$ 30.202 mediante a entrega de 5.108.790 (cinco milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa) ações ordinárias não vinculadas ao acordo de acionistas da Companhia sob a titularidade da Bonaire. **25.2 Reserva de capital:** Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 ocorrido em 2011; (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis, descrita na nota 13, no montante de R\$ 58.308 em 2013 com consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis; (iii) efeito da associação entre CPFL Renováveis e DESA, descrita na nota 13, no montante de R\$ 180.297 em 2014 e (iv) outras movimentações sem alteração no controle de R\$ 155. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10/CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido. **25.3 Reserva de lucros:** É composta por: (i) Reserva legal, no montante de R\$ 650.811; (ii) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão: as controladas de distribuição registram o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no resultado do exercício, e sua realização financeira se dará apenas no momento da indenização (ao final da concessão). Desta forma, a Companhia constituiu reserva estatutária - ativo financeiro da concessão sobre estes montantes, amparada no artigo 194 da Lei nº 6.404/76, até a realização financeira destes montantes. O saldo final em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 330.437; (iii) Reserva de retenção de lucros para investimento: a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2013 uma reserva de retenção de lucros para investimento no montante de R\$ 108.987. Em agosto de 2014 constatou-se que esta reserva não era mais necessária para a finalidade a que se destinava e, em 31 de agosto de 2014 o montante foi realizado e compôs a base de distribuição de dividendo intermediário. **25.4 Resultado abrangente acumulado:** O resultado abrangente acumulado é composto por: (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 483.610; (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 337.718 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19/CPC 33 (R2). **25.5 Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2014 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2013, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 930.851, sendo R\$ 363.049 do dividendo intermediário declarado em junho de 2013, e R\$ 567.802 de dividendo complementar. Adicionalmente, conforme previsto no Estatuto Social e com base nos resultados do primeiro semestre de 2014, a Administração da Companhia, em 27 de agosto de 2014, aprovou a declaração do dividendo intermediário no montante de R\$ 422.195 sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,438746730, com pagamento em 1º de outubro de 2014. No exercício, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 986.811 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014. **25.6 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício - Individual	949.177	949.177
Diluição do resultado abrangente	26.055	26.055
Dividendos intermediários	5.722	5.722
Lucro líquido base para destinação	980.954	980.954
Reserva legal	(47.459)	(47.459)
Reversão de reserva de retenção de lucros para investimento	108.987	108.987
Dividendos intermediários	(422.195)	(422.195)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(65.400)	(65.400)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(554.888)	(554.888)
Para este exercício, tendo em vista que já foram distribuídos, a título de dividendo o montante de R\$ 422.195 (44,5% do lucro líquido do exercício), valor superior ao dividendo obrigatório, e considerando (i) o atual cenário econômico adverso, (ii) a falta de previsibilidade da situação hidrológica e, (iii) as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 554.888 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.		

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideraram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2014	2013
	Numerador	949.177
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	949.177	937.419
Denominador	962.274.260	962.274.260
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	0,99	0,97
Lucro por ação - básico	0,99	0,97
Numerador	949.177	937.419
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	949.177	937.419
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(17.265)	(25.016)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	931.912	912.403
Denominador	962.274.260	962.274.260
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	0,97	0,95
Lucro por ação - diluído	0,97	0,95

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos períodos. O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram

calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício. O acordo de pagamentos baseado em ações da controlada CPFL Renováveis tem efeito antidilutivo em ambos os exercícios.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Classe de consumidores	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receta de operações com energia elétrica						
Residencial	6.732.715	6.523.553	16.501	15.426	6.533.590	5.710.050
Industrial	56.920	58.565	14.144	14.691	3.871.868	3.605.079
Comercial	483.204	491.057	9.437	8.837	3.471.225	2.956.069
Rural	243.275	245.687	2.326	2.081	496.790	415.075
Poderes públicos	50.538	49.443	1.295	1.234	476.557	407.084
Iluminação pública	9.917	9.596	1.622	1.586	315.322	284.346
Serviço público	8.155	7.961	1.861	1.820	566.719	486.609
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(84.017)	(59.731)
Fornecimento faturado	7.584.724	7.385.862	47.187	45.675	15.647.804	13.804.591
Consumo próprio	-	-	34	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	63.142	73.536
Encargos emergenciais - ECE/EAEE	-	-	-	-	2	(254)
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.464.570)	(5.287.096)
Fornecimento de energia elétrica	7.584.724	7.385.862	47.221	45.709	10.246.379	8.590.776
Outras receitas operacionais						

★ **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado											
	Despesa operacional											Total
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		administrativas		Outros		2014	
2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014		2013
Pessoal	528.056	425.349	2	-	110.759	106.111	213.654	192.142	-	-	852.471	723.602
Entidade de previdência privada	48.165	61.665	-	-	-	-	-	-	-	-	48.165	61.665
Material	102.959	92.562	1.286	2.661	4.658	4.117	8.925	6.806	-	-	117.827	106.145
Serviços de terceiros	172.422	178.809	2.511	2.464	109.264	100.301	241.826	205.450	-	-	526.022	487.024
Depreciação e amortização	767.117	664.601	-	-	32.049	33.689	75.779	59.964	-	-	874.946	758.253
Custos com construção da infraestrutura	-	-	942.267	1.004.399	-	-	-	-	-	-	942.267	1.004.399
Outros	53.640	44.531	(13)	(6)	145.968	132.379	233.446	464.253	328.000	285.148	761.041	926.304
Taxa de arrecadação	264	-	-	-	54.070	52.372	-	-	-	-	54.334	52.372
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	83.699	70.324	-	-	-	-	83.699	70.324
Arrendamento e aluguis	29.331	26.181	-	-	-	11	15.627	12.390	-	-	44.958	38.582
Publicidade e propaganda	736	871	-	-	127	212	17.262	13.179	-	-	18.125	14.262
Legais, judiciais, indenizações e multas	-	-	-	-	-	-	192.464	429.883	-	-	192.464	429.883
Doações, contribuições e subsídios	-	-	-	-	6.579	8.003	4.204	3.935	-	-	10.783	11.938
Taxa de fiscalização (Ganho)/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	20.894	27.422	20.894	27.422
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	285.018	296.977	285.018	296.977
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	14.835	10.515	-	-	-	-	-	-	-	-	14.835	10.515
Outros	8.474	6.963	(13)	(6)	1.493	1.457	3.889	4.866	1.361	2	15.204	13.282
Total	1.672.359	1.467.516	946.052	1.009.518	402.698	376.597	773.630	928.614	328.000	285.148	4.122.739	4.067.393

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Recitas				
Rendidas de aplicações financeiras	116.487	67.544	430.714	316.817
Acréscimos e multas moratórias	-	-	146.992	143.429
Atualização de créditos fiscais	6.878	2.251	25.309	8.425
Atualização de depósitos judiciais	15	448	74.500	118.406
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	49.144	43.615
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 11)	-	-	104.642	-
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	17.382	21.446
PIS e COFINS sobre JCP	(12.699)	(15.093)	(12.809)	(15.368)
Outros	7.175	3.512	54.563	62.637
Total	117.855	57.637	890.436	699.208
Despesas				
Encargos de dívidas	(143.039)	(83.614)	(1.542.593)	(1.291.762)
Atualizações monetárias e cambiais	(34)	(607)	(247.591)	(182.022)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 11)	-	-	(66.851)	-
(-) Juros Capitalizados	-	-	12.269	57.184
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(10.649)	(11.699)
Outros	(247)	(277)	(191.325)	(175.511)
Total	(143.319)	(84.497)	(1.979.890)	(1.670.651)
Resultado Financeiro	(26.464)	(26.860)	(1.089.454)	(971.443)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,12% ao ano durante o exercício de 2014 (8,24% ao ano em 2013) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. A rubrica de Despesas de Atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 160.052 (R\$ 211.282 em 2013) (nota 35).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa referente às subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos. Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

	Geração		Comercialização		Serviços		Outros (*)		Eliminações	Total
	Distribuição	(Fontes convencionais)	(Fontes renováveis)							
2014										
Resultado operacional líquido	13.658.786	722.623	982.613	1.790.822	151.037	61	-	-	-	17.305.942
(-) Vendas entre segmentos	19.668	467.761	397.630	387.788	193.483	-	-	-	(1.466.329)	-
Resultado do serviço	1.602.519	482.214	231.280	205.108	45.072	(26.119)	-	-	-	2.540.073
Recita financeira	552.918	84.884	98.991	29.543	6.380	117.720	-	-	-	890.436
Despesa financeira	(849.774)	(482.671)	(464.713)	(29.104)	(10.221)	(143.407)	-	-	-	(1.979.890)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.305.663	144.112	(134.442)	205.547	41.230	(51.806)	-	-	-	1.510.304
Imposto de renda e contribuição social	(461.264)	(36.291)	(33.645)	(69.543)	(12.687)	(10.430)	-	-	-	(623.860)
Lucro (prejuízo) líquido	844.400	107.820	(168.087)	136.003	28.543	(62.236)	-	-	-	886.443
Total do ativo (**)	16.724.269	4.414.196	11.601.754	507.960	828.184	1.022.454	-	-	-	35.098.816
Aquisições do imobilizado e de intangível	702.386	14.419	250.803	3.531	90.707	22	-	-	-	1.061.868
Depreciação e amortização	(577.753)	(136.447)	(432.267)	(4.471)	(8.760)	(265)	-	-	-	(1.159.964)
2013										
Resultado operacional líquido	11.563.700	601.980	802.011	1.579.893	84.622	1.649	-	-	-	14.633.856
(-) Vendas entre segmentos	15.354	323.658	281.913	264.891	116.184	-	-	-	(1.002.001)	-
Resultado do serviço	1.550.951	559.784	214.750	52.060	13.333	(21.103)	-	-	-	2.369.775
Recita financeira	504.463	40.005	55.083	27.665	13.876	58.115	-	-	-	699.208
Despesa financeira	(906.153)	(336.793)	(314.243)	(22.601)	(4.358)	(84.513)	-	-	-	(1.670.651)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.149.251	381.874	(44.410)	57.123	22.442	(41.700)	-	-	-	1.519.200
Imposto de renda e contribuição social	(423.712)	(69.937)	(10.607)	(21.399)	(6.881)	(37.627)	-	-	-	(570.164)
Lucro (prejuízo) líquido	725.549	311.937	(55.017)	35.724	15.570	(85.127)	-	-	-	949.036
Total do ativo (**)	15.263.417	4.515.880	9.470.564	342.516	243.612	1.206.806	-	-	-	31.742.896
Aquisições do imobilizado e de intangível	844.804	9.744	827.704	3.593	48.646	345	-	-	-	1.034.736
Depreciação e amortização	(564.538)	(133.514)	(348.355)	(4.106)	(4.632)	(86)	-	-	-	(1.055.231)

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações registrados na CPFL Energia e que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados. (**) Os intangíveis, líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • ESC Energia S.A.: Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros. • Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações: Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP (b) Fundação SISPET de Seguridade Social, (c) Fundação Petróbras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESP. • Bonaire Participações S.A.: Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações - BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações: Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exercam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundo de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTFVM. **b) Empréstimos e financiamentos e debêntures** - Corresponde à captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme condições descritas nas notas 17 e 18. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito nas notas 17 e 18. **c) Outras operações financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. **d) Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhantes às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador. **e) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. **f) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos concedidos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. **g) Contrato de mútuo** - Refere-se a (i) contratos realizados com o empreendimento controlado em conjunto EPASA cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento em janeiro de 2017; (ii) outros contratos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento até novembro de 2015 e remuneração de 8% ao ano + IGP-M. Algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da Companhia (nota 19). Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração renegociaram, para pagamento em janeiro de 2015, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendedores controlados em conjunto BAESA, ENERSCAN e Foz do Chapeco, cujos vencimentos originais eram de junho a dezembro de 2014. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2014, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 44.214 (R\$ 33.680 em 2013). Este valor é composto por R\$ 39.928 (R\$ 33.922 em 2013) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 1.043 (R\$ 973 em 2013) de benefícios pós-emprego e provisão de R\$ 3.243 (reversão de provisão de R\$ 3.675 em 2013) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	161.832	115.968	-	-
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos				
Banco do Brasil S.A.	-	-	1.322.926	1.638.769
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	1.224
JBS S/A (*)	-	-	-	6.271
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	78
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	-	3.228
ENERSCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	6.262
Adiantamentos				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	826	862
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	1.170	1.222
ENERSCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.436	1.496
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	526	549
Compra e venda de energia e encargos				
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	40	24	-
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	1.342
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	5	5	252
Braskem S.A.	-	-	694	20.916
Caetite 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	757
Caetite 3 Energia Renovável S.A.	-	-	5	642
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	914
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	782
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	914
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	848
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	901
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	833	728	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	920	545	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSEERN	280	223	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	-	191	2.404
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	117	120
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	7.584
Fras-le	-	-	-	6
Goias Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	155
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	617
MULTNER S/A	-	-	-	207
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	1.837
Raposo Tavares	-	-	-	21
Rio PCH I S.A.	-	-	217	220
SE Naranjinha S.A.	-	-	-	142
Serra do Fação Energia S.A. - SEFAC	-	-	470	547
Tavex Brasil S.A.	-	-	-	8.087
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	188	178
Vale Energia S.A.	7.371	6.960	-	-
VALE S.A.	-	-	-	87.077
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	89.202	29.568
Foz do Chapeco Energia S.A.	1.430	-	172.804	111.019
ENERSCAN - Campos Novos Energia S.A.	583	544	154.678	103.252
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	2	28.632	17.094

Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço

|--|

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estratégia/Empresa/ Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/índice	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial:								
CPFL Geração								
HSBC	29.470	-	29.470	32.333	(2.863)	dólar	03/2017	232.520
RGE								
Citibank	53.250	-	53.250	55.096	(1.846)	dólar	04/2017	128.590
J.P. Morgan	26.764	-	26.764	26.815	(50)	dólar	07/2016	94.410
Bank of Tokyo-Mitsubishi	9.361	-	9.361	10.850	(1.489)	dólar	04/2018	36.270
Bank of Tokyo-Mitsubishi	41.575	-	41.575	47.723	(6.148)	dólar	05/2018	168.346
Citibank	5.358	-	5.358	6.182	(824)	dólar	05/2019	33.285
HSBC	2.394	-	2.394	2.801	(407)	dólar	10/2017	32.715
CPFL Serviços								
J.P. Morgan	664	-	664	830	(167)	dólar	10/2016	9.000
CPFL Telecom								
Itaú	74	-	74	81	(7)	dólar	11/2015	9.000
Subtotal	608.176	(1.482)	606.693	632.076	(25.382)			
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial:								
CPFL Geração								
Votorantim	-	(1.040)	(1.040)	(196)	(844)	dólar	de 01/2015 a 12/2016	57.424
Hedge variação índice de preços:								
CPFL Geração								
Santander	-	(535)	(535)	(64)	(472)	IPCA	04/2019	35.235
J.P. Morgan	-	(535)	(535)	(64)	(472)	IPCA	04/2019	35.235
Hedge variação de taxa de juros (1):								
CPFL Paulista								
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.751)	(2.751)	(73)	(2.678)	CDI	07/2019	660.000
J.P. Morgan	-	(1.328)	(1.328)	(19)	(1.309)	CDI	02/2021	300.000
Votorantim	-	(415)	(415)	(4)	(412)	CDI	02/2021	100.000
Santander	-	(431)	(431)	(3)	(428)	CDI	02/2021	105.000
CPFL Piratininga								
J.P. Morgan	-	(458)	(458)	(12)	(446)	CDI	07/2019	110.000
Votorantim	-	(492)	(492)	2	(494)	CDI	02/2021	135.000
Santander	-	(351)	(351)	3	(354)	CDI	02/2021	100.000
RGE								
HSBC	-	(2.084)	(2.084)	(55)	(2.029)	CDI	07/2019	500.000
Votorantim	-	(784)	(784)	(14)	(770)	CDI	02/2021	170.000
CPFL Geração								
Votorantim	-	(666)	(666)	79	(745)	CDI	08/2020	460.000
Subtotal	-	(11.872)	(11.872)	(419)	(11.453)			
Total	608.176	(13.354)	594.821	631.656	(36.835)			
Circulante	23.260	(38)						
Não circulante	584.917	(13.317)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 17 e 18. (1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida. Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 17). A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos enclivamentos protegidos. Para os exercícios de 2014 e de 2013, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Empresa	Risco protegido/operação		Ganho (Perda)	
	2014	2013	2014	2013
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	-	323	-
CPFL Energia	Marcação a mercado	-	(469)	-
CPFL Paulista	Variação de taxas de juros	1	933	-
CPFL Paulista	Variação cambial	96.017	150.500	-
CPFL Paulista	Marcação a mercado	(21.297)	(38.759)	-
CPFL Piratininga	Variação de taxas de juros	51	303	-
CPFL Piratininga	Variação cambial	35.808	61.673	-
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	(6.124)	(20.454)	-
RGE	Variação de taxas de juros	(28)	798	-
RGE	Variação cambial	37.585	43.058	-
RGE	Marcação a mercado	(7.170)	(11.380)	-
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	303	273	-
CPFL Geração	Variação cambial	21.650	18.428	-
CPFL Geração	Marcação a mercado	(6.221)	(4.344)	-
CPFL Santa Cruz	Variação cambial	2.604	1.962	-
CPFL Santa Cruz	Marcação a mercado	(115)	(486)	-
CPFL Leste Paulista	Variação cambial	1.453	3.435	-
CPFL Leste Paulista	Marcação a mercado	(117)	(462)	-
CPFL Sul Paulista	Variação cambial	2.333	3.140	-
CPFL Sul Paulista	Marcação a mercado	(163)	(658)	-
CPFL Jaguarí	Variação cambial	2.146	2.398	-
CPFL Jaguarí	Marcação a mercado	(160)	(595)	-
CPFL Mococa	Variação cambial	427	1.966	-
CPFL Mococa	Marcação a mercado	(70)	(301)	-
CPFL Serviços	Variação cambial	830	-	-
CPFL Serviços	Marcação a mercado	(167)	-	-
CPFL Telecom	Variação cambial	81	-	-
CPFL Telecom	Marcação a mercado	(6)	-	-
Total		159.653	211.282	

c) Análise de sensibilidade: Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado: **c.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2014 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Consolidado			
	Exposição (R\$ mil) (1)	Risco	Depreciação cambial de 10,5% (*)	Apreciação cambial de 25% (**)
Instrumentos financeiros passivos	(3.498.455)		(367.336)	599.111
Derivativos - swap plain vanilla	3.570.114		374.861	(611.383)
Total do (aumento)/redução	71.659	baixa dólar	7.524	(12.272)

(1) A Taxa de câmbio considerada em 31.12.2014 foi de R\$ 2,66. (*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 2,94. (**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&F. Em função da exposição líquida ser um ativo, o risco é baixa do dólar, sendo portanto o câmbio apreciado em 25% e 50% em relação ao dólar provável. **c.2) Variação das taxas de juros:** Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2014 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data-base, permaneçam estáveis (CDI 10,81% ao ano; IGP-M 3,69% ao ano; TJLP 5,0% ao ano e IPCA 6,41% ao ano), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 1.098.178 (CDI R\$ 873.130, IGP-M R\$ 2.738, TJLP R\$ 222.015 e IPCA R\$ 295). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Consolidado			
	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (*)	Elevação/Queda de índice em 25% (**)
Instrumentos financeiros ativos	4.661.995		100.233	251.282
Instrumentos financeiros passivos	(9.693.073)		(208.401)	(522.457)
Derivativos - swap plain vanilla	(3.045.980)		(65.499)	(262.868)
Total do (aumento)/redução	(8.077.058)	alta CDI	(173.657)	(435.353)
Instrumentos financeiros passivos	(74.197)	alta IGP-M	(1.684)	(2.790)
Instrumentos financeiros passivos	(4.440.303)	alta TJLP	(22.202)	(83.256)
Instrumentos financeiros passivos	(75.293)		(866)	(2.289)
Derivativos - swap plain vanilla	70.688		813	2.149
Total do (aumento)/redução	(4.605)	alta IPCA	(53)	(140)

(*) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP e IPCA considerados de: 12,96%, 5,96%, 5,5%, 7,56%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

d) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2014	Consolidado								
	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	16		2.324.995	48.256	896	633	-	-	2.374.779
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	9,68%	213.831	248.497	1.508.835	5.205.573	4.227.887	3.070.115	14.474.738
Derivativos	35		3	3	31	2.485	6.364	4.467	13.354
Debêntures - principal e encargos	18	12,49%	74.417	135.191	2.764.083	2.800.423	4.402.183	1.600.049	11.776.346
Taxas regulamentares	20		42.266	1.529	-	-	-	-	43.795
Uso do bem público	23	15,56%	333	666	3.001	7.988	7.992	65.012	84.992
Outros	24		16.295	127.507	70.419	16.152	-	17.750	248.123
Consumidores e concessionárias			15.062	34.648	-	-	-	-	49.710
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT			822	647	-	-	-	-	1.469
Empresa de Pesquisa Energética - EPE			410	323	-	-	-	-	734
Convênio de arrecadação			-	91.889	-	-	-	-	91.889
Fundo de reversão			-	-	-	-	-	17.750	17.750
Aquisição de negócios			-	-	70.419	16.152	-	-	86.571
Total			2.672.140	561.649	4.347.265	8.033.254	8.644.427	4.757.394	29.016.128

36. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2014, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2014	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia e encargos do sistema (exceto Itaípu)	Até 35 anos	8.874.761	16.997.483	17.317.122	59.696.884	102.886.250
Compra de energia de Itaípu	Até 30 anos	1.687.268	3.544.257	3.526.339	16.558.434	25.316.299
Projetos de construção de usina	Até 12 anos	172.977	876.431	146	-	1.049.554
Fornecedores de materiais e serviços	Até 19 anos	1.262.405	806.401	68.558	169.359	2.306.723
Total		11.997.412	22.224.572	20.912.165	76.424.677	131.558.826

(a) Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Transações oriundas de combinações de negócios	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.009.877)	-
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	-	1.345.577	-
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	-	-	852.201	-
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	-	-	(289.748)	-
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	-	6.440	-
	-	-	904.593	-
Contraprestação paga com o caixa adquirido	-	-	(70.930)	-
Contraprestação transferida mediante emissão de ações	-	-	(833.663)	-

Outras transações

Aumento de capital em investidas com AFAC	59.397	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	28.005	-	-	-
Provisão (reversão) para custos socioambientais capitalizados na imobilizado	-	-	9.193	(17.747)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	4.225	48.328
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	-	-	8.044	8.845
Transferência do ativo financeiro da concessão e do intangível para o imobilizado decorrente da cisão da atividade de geração nas distribuidoras	-	-	5.828	-
Transferência entre imobilizado e outros ativos	-	-	16.430	18.896
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	2.189	-

38. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

38.1 Reajuste Tarifário Anual - CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa: Em 3 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias que fixaram o reajuste das tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa a partir daquela data. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir:

Distribuidora	Resolução Homologatória	Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (*)
CPFL Santa Cruz	1.850	34,68%	27,96%
CPFL Leste Paulista	1.852	20,80%	24,89%